



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2019



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2019

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
A investigação colaborativa aplicada ao mercado	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	43
Lista de Acrónimos	51

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 1,2% em termos homólogos (1,5% no primeiro trimestre) estendendo-se quer às economias avançadas, quer aos países emergentes e em desenvolvimento. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também se deteriorou devido sobretudo ao recuo das trocas comerciais das economias avançadas.
- * No segundo trimestre de 2019, o PIB dos EUA desacelerou para 2,3% em termos homólogos reais (2,7% no primeiro trimestre) e a atividade económica da União Europeia enfraqueceu. O PIB da China abrandou para 6,2% em termos homólogos reais (6,4% no primeiro trimestre).
- * O indicador de sentimento económico desceu quer na União Europeia (UE), quer na área do euro (AE) durante o segundo trimestre de 2019, devido sobretudo à diminuição da confiança da indústria, refletindo as dificuldades do sector automóvel. De facto, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2019, o PIB trimestral em cadeia da área do euro regrediu para o valor mais baixo desde final de 2014 (+0,4%, no primeiro trimestre). Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2019 indicam uma quebra da produção industrial e, um abrandamento, quer das vendas a retalho, quer das exportações de bens. A taxa de desemprego desceu tanto na UE como na AE, situando-se em 6,3% e 7,5%, respetivamente, em maio de 2019 (-0,6 e -0,8 p.p. em termos homólogos, respetivamente). Em junho de 2019, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,3% (1,2% em maio) devido à aceleração dos preços dos serviços e de bens alimentares não transformados. Contudo, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global diminuiu para 1,7% (1,8%, entre dezembro de 2018 e maio de 2019).
- * Em julho de 2019 e, até ao dia 26, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou ligeiramente, para se situar, em média, em 64 USD/bbl (57 €/bbl), facto causado, em parte, pelo aumento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, em torno do Estreito de Ormuz.
- * As taxas de juro de curto prazo caíram acentuadamente em julho de 2019 na área do euro e nos EUA, para se situarem, em média, em -0,36% e em 2,30%, respetivamente, até ao dia 26 (-0,33% e 2,40%, em junho de 2019) e as taxas de juro de longo prazo têm evoluído no sentido descendente nos EUA e na área do euro, com registos mínimos anuais, levando ao recuo dos prémios de risco da periferia da área do euro.
- * Em julho de 2019, o euro depreciou-se face ao dólar, tendo atingido 1,11 no dia 26 refletindo, em parte, o crescimento moderado da economia norte americana; em contraste com o enfraquecimento da área do euro.
- * Na reunião de 25 de julho de 2019, o Banco Central Europeu decidiu não alterar as taxas de juro oficiais, mas, admitiu poder vir a baixá-las no próximo dia 12 de setembro. Igualmente, assegurou que serão abordadas medidas complementares a uma possível descida nas taxas de juro; nomeadamente através da retoma de compras líquidas de ativos e atenuar os efeitos adversos que as taxas de juro negativas podem exercer sobre o sector financeiro.
- * Os índices bolsistas internacionais prosseguiram uma evolução favorável, refletindo, em parte, a expectativa de uma política monetária mais acomodatória para a área do euro e EUA.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados do INE para o segundo trimestre de 2019 observou-se uma ligeira diminuição no indicador de clima económico quando comparado com o trimestre precedente (2,4% que compara com 2,5% no primeiro trimestre do ano).

- * Na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento em 1,1 p.p. face ao 1º trimestre e o Índice de Volume de Negócios cresceu 2,7% face ao período homólogo (menos 1,9 p.p. face ao primeiro trimestre).
- * No segundo trimestre, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 5,2% (4,9% no primeiro trimestre). Enquanto isso, em termos homólogos, as vendas de veículos ligeiros de passageiros diminuíram e as vendas de veículos comerciais pesados aumentaram.
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos apresentaram uma evolução mista no trimestre terminado em maio; com uma melhoria no indicador de confiança dos consumidores e uma deterioração nos restantes.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 13,4%, o que representa uma diminuição de 2,6 p.p. face ao registado no primeiro trimestre de 2019.
- * Até maio de 2019, o saldo acumulado da balança corrente foi de -3 146 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 1 265 milhões de euros em termos homólogos.
- * A taxa de desemprego estimada em junho de 2019 foi de 6,7%, ligeiramente acima do valor registado no mês de maio. Ainda assim, o Emprego registou um crescimento de 0,1% (menos 0,8 p.p. do que no mês anterior).
- * A variação do IPC, em junho, foi de 0,4% (igual valor em abril), enquanto o IPC subjacente cresceu 0,6%, uma aceleração face aos 0,5% registados em maio.
- * Até junho de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo orçamental de -536 milhões de euros, o que consigna uma melhoria de 2.117 milhões de euros face ao período homólogo. Comparativamente ao mês passado, o défice diminuiu 101 milhões de euros. O saldo primário registou um valor positivo de 4.284 milhões de euros.
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de -3.211 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente de 534 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 2.141 milhões de euros.
- * O subsector Estado, regista uma melhoria no saldo orçamental de 145 milhões de euros para atingir o valor de -4.475 milhões de euros, apesar de ter registado um agravamento de 5 milhões no seu saldo primário, com este a contabilizar um valor negativo de 31 milhões de euros.
- * Segundo o Banco de Portugal, a dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht), no final de maio, atingiu 252.515 milhões de euros, o que representa um aumento 180 milhões de euros em termos mensais e mais 7.609 milhões de euros que no final de 2018. Adicionalmente os depósitos detidos pelas AP aumentaram 6.511 milhões de euros desde o final de 2018, atingindo 23.136 milhões de euros no final de maio.
- * Em junho, a dívida direta do Estado atingiu 246.624 milhões de euros, menos 5.633 milhões de euros que no final do mês anterior. Para tal contribuiu o stock de OT, que registou uma diminuição de 6.740 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * **Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 5,3% nos primeiros cinco meses de 2019. Neste mesmo período, as importações aumentaram 12,6%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 42,5%, correspondendo a

¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a maio de 2019.

2 536 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 75,1%, menos 5,2 p.p. que em igual período de 2018.

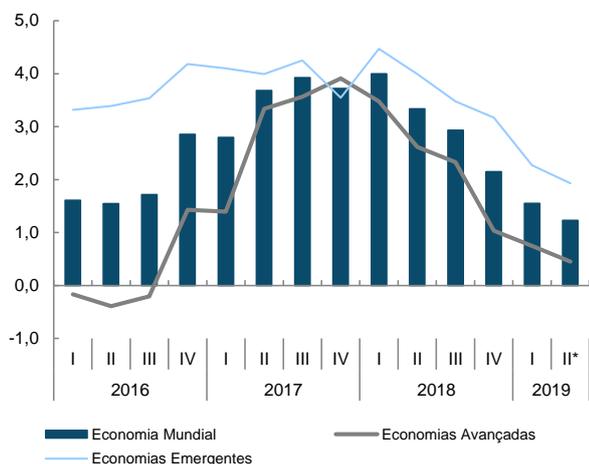
- * Nos primeiros cinco meses de 2019, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (6,9%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (12,4%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 41,3%.
- * No último ano a terminar em maio de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 4,9% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,4 p.p.), dos “Químicos” (1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos”, “Agroalimentares” e “Madeira, cortiça e papel” (todos com 0,6 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2019, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,5 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (1,2 p.p.), dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.) e dos “Agroalimentares” e “Aeronaves”, embarcações e suas partes” (ambos com 0,6 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2019, as exportações para o mercado comunitário cresceram 6,2%, em termos homólogos, e contribuíram em 4,7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 6 % e as exportações para os países do Alargamento 9,1%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 4,3 p.p. e 0,4 p.p.. As exportações para a Alemanha e Itália (terceiro e quinto principais mercados de destino das exportações portuguesas de mercadorias (12,1% e 4,8% do total de janeiro a maio de 2019, respetivamente), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e Espanha (0,8 e 0,6 p.p., respetivamente), à data os principais mercados de destino das exportações de mercadorias (segundo e primeiro, respetivamente).
- * Nos primeiros cinco meses de 2019, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (2,5%), mas inferior à das exportações Intra UE, passando a representar 22,8% do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (89,5%), Turquia (42%) e Suíça (17,3%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de maio de 2019, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,8% nos primeiros cinco meses de 2019. A componente de Serviços registou um melhor desempenho face à de Bens (5,7% e 4,4%, respetivamente), com a componente de Bens a registar o maior contributo para o crescimento do total das exportações (3 p.p.)

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de abril e maio de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 1,2% em termos homólogos (1,5% no primeiro trimestre); abrandamento que se estendeu quer às economias avançadas, quer aos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

O comércio mundial de mercadorias também se deteriorou devido sobretudo à diminuição das exportações.

De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2019 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou uma quebra de 0,2% (+0,4% no primeiro trimestre);
- as exportações e importações caíram ambas 0,2% (+0,6% e +0,2%, respetivamente, no trimestre precedente).

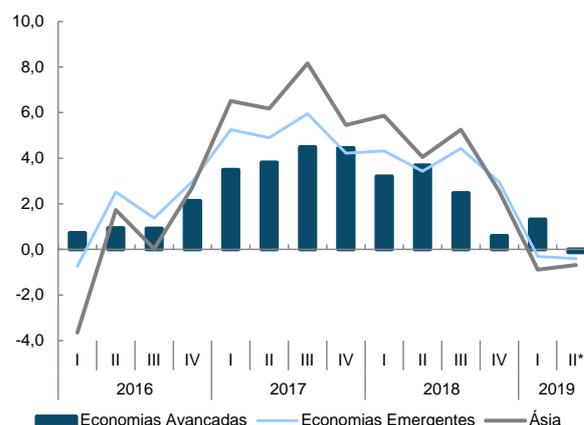
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Globalmente, os dados disponíveis para o segundo trimestre de 2019 indicam um recuo das trocas comerciais mundiais, sendo mais significativo para as economias avançadas.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

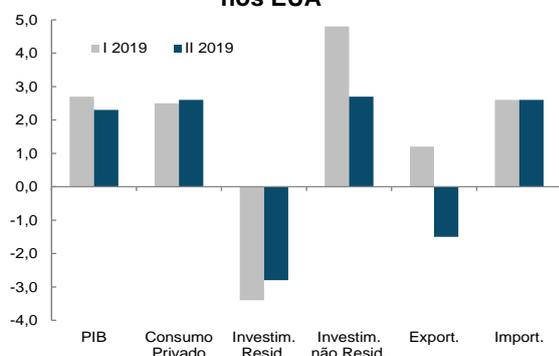
Indicador	Unidade	2018	2018				2019	2019			
			1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	3,1	4,0	3,3	2,9	2,2	1,5	1,2	1,8	1,1	1,3
Economias Avançadas	VH	2,4	3,5	2,6	2,3	1,0	0,7	0,8	0,3	0,1	0,8
Economias Emergentes	VH	3,8	4,5	4,0	3,5	3,2	2,3	1,7	3,2	2,0	1,8
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	3,4	4,3	3,9	3,8	1,5	0,4	-0,3	1,3	0,0	-0,4
Importações Mundiais	VH	3,7	5,0	4,2	4,2	1,5	0,2	-0,2	0,3	0,7	-1,2
Economias Avançadas	VH	2,3	4,8	2,7	1,3	0,6	1,0	0,8	1,1	-0,4	0,0
Economias Emergentes	VH	5,8	5,3	6,5	8,6	2,7	-0,9	-1,7	-0,8	2,5	-3,1
Exportações Mundiais	VH	3,0	3,7	3,6	3,3	1,6	0,6	-0,3	2,2	-0,8	0,4
Economias Avançadas	VH	2,5	3,2	3,7	2,5	0,6	1,3	2,0	1,3	-0,7	0,4
Economias Emergentes	VH	3,8	4,3	3,4	4,4	2,9	-0,3	-3,1	3,4	-1,1	0,3

Fonte: CPB

Atividade Económica Extra-UE

No segundo trimestre de 2019, assistiu-se à desaceleração do PIB dos EUA e da China. No conjunto dos meses de abril e maio de 2019, a taxa de inflação homóloga da OCDE aumentou para 2,4%, em média (2,2% no primeiro trimestre); tendência que se estendeu também à generalidade dos países emergentes, com destaque para a Índia e Brasil.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA



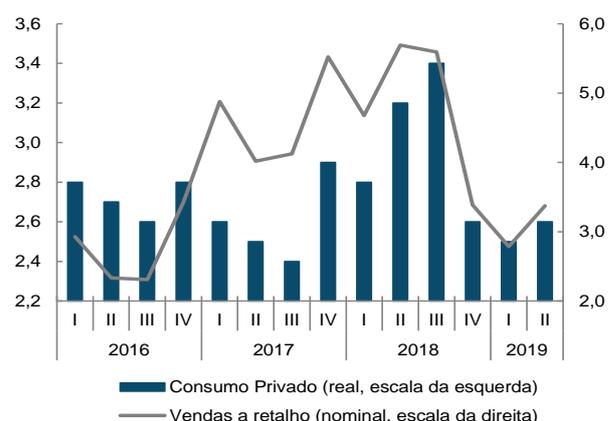
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No segundo trimestre de 2019, o PIB dos **EUA** (cuja série estatística foi revista) desacelerou para 2,3% em termos homólogos reais (2,7% no primeiro trimestre) resultando sobretudo do contributo negativo das existências; da quebra das exportações e do abrandamento do investimento privado, do segmento não residencial. Contudo, o crescimento do consumo privado permaneceu robusto, tendo aumentado para 2,6% em termos homólogos reais (2,5% no período precedente).

No mesmo período e naquele país:

- a taxa de desemprego ascendeu a 3,6% (3,9% anteriormente) e;
- a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,8% (1,6% no primeiro trimestre); mantendo-se, no entanto, contida.

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No segundo trimestre de 2019, o PIB da **China** desacelerou para 6,2% em termos homólogos reais (6,4% no trimestre precedente) resultando de um menor dinamismo do sector industrial e da maior incerteza comercial associada às tensões com os EUA. Com efeito, as exportações de bens diminuiram 1,0% em termos homólogos nominais, neste período, devido à introdução de novas tarifas aduaneiras por parte dos EUA em maio último.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

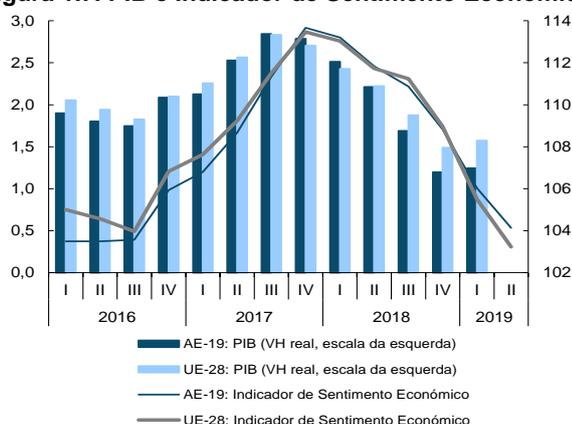
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T*	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	2,9	3,2	3,1	2,5	2,7	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	4,0	3,3	4,9	4,0	2,9	1,4	2,3	0,9	2,1	1,3
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	58,8	58,7	59,7	57,1	55,4	52,2	55,3	52,8	52,1	51,7
Índice ISM dos Serviços	%	61,6	61,4	60,8	63,0	60,6	59,6	57,4	59,5	61,2	58,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	98,4	98,3	98,1	98,1	94,5	98,5	98,4	97,2	100,0	98,2
Taxa de Desemprego	%	3,9	3,9	3,8	3,8	3,9	3,6	3,8	3,6	3,6	3,7
China – PIB real	VH	6,6	6,7	6,5	6,4	6,4	6,2	-	-	-	-
Exportações	VH	9,1	10,5	11,1	4,1	0,8	-1,0	13,8	-2,7	1,1	-1,3
Japão – PIB real	VH	0,8	1,4	0,1	0,3	0,9	:	-	-	-	-

Fontes: BEA, BGFERS, ISM, Michigan, BLS, NBSC, OMC e COGJ. * Revisão da série

Atividade Económica da UE

No primeiro trimestre de 2019, o indicador de sentimento económico desceu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) prolongando a tendência dos últimos trimestres, devido sobretudo à descida do indicador de confiança da indústria, refletindo as dificuldades do sector automóvel.

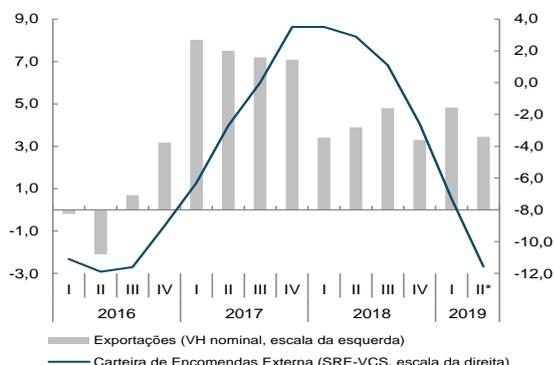
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2019, indicam a continuação da quebra da produção industrial e, um abrandamento, quer das vendas a retalho, quer das exportações de bens.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

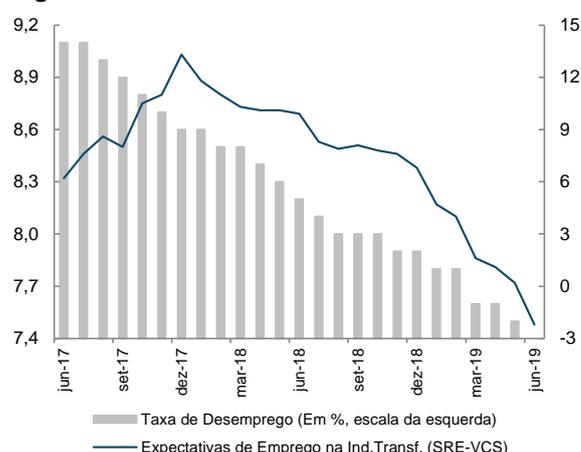


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de abril e maio..

Em maio de 2019, a taxa de desemprego desceu tanto na UE como na AE, situando-se em 6,3% e 7,5%, respetivamente (-0,6 e -0,8 p.p., respetivamente, face ao período homólogo).

Em junho de 2019, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram nos sectores da indústria transformadora e comércio a retalho, tendo melhorado nos serviços e construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em junho de 2019, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,3% (1,2% em maio) devido sobretudo à aceleração dos preços dos serviços e de bens alimentares não transformados.

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global da área do euro diminuiu para 1,7% (1,8%, entre dezembro de 2018 e maio de 2019).

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

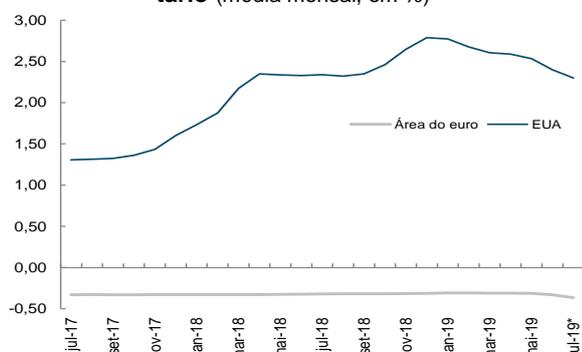
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	2,0	2,2	1,9	1,5	1,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	111,2	111,7	111,2	109,0	105,5	103,2	105,1	103,6	103,8	102,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	1,9	2,2	1,7	1,2	1,2	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	111,2	111,8	110,9	108,8	106,0	104,1	105,6	103,9	105,2	103,3
Índice de Produção Industrial	VH	0,9	2,2	0,5	-2,0	-0,3	:	-0,4	-0,3	-0,5	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	1,6	1,8	1,2	1,7	2,3	:	2,0	1,8	1,2	:
Taxa de Desemprego	%	8,2	8,3	8,0	7,9	7,7	:	7,6	7,6	7,5	:
IHPC	VH	1,8	1,3	1,7	2,1	1,9	1,4	1,4	1,7	1,2	1,3

Fontes: Eurostat e CE

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em julho de 2019, as taxas de juro de curto prazo caíram acentuadamente na área do euro e nos EUA, para se situarem, em média, em -0,36% e em 2,30%, respetivamente, até ao dia 26 (-0,33% e 2,40%, em junho de 2019).

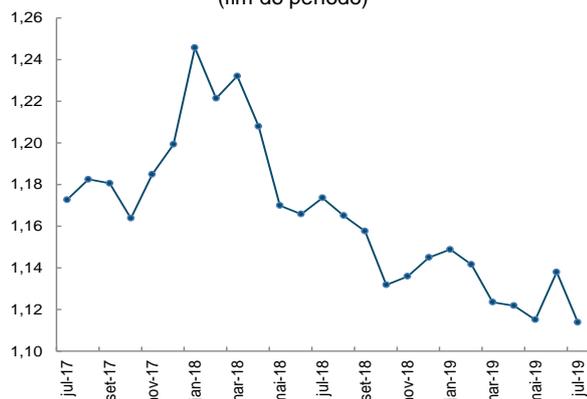
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em junho de 2019, as taxas de juro de longo prazo evoluíram no sentido descendente para os EUA e área do euro, com registos mínimos anuais, levando ao recuo dos prémios de risco da periferia da área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



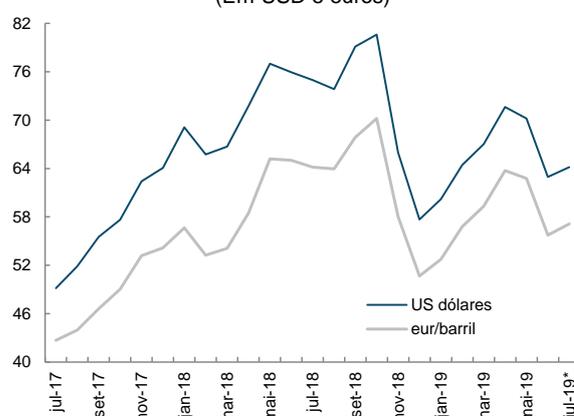
Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 26..

Em julho de 2019, o euro depreciou-se face ao dólar (cerca de 2%) tendo atingido 1,11 no dia 26 (o nível mais baixo desde meados de maio de 2017) refletindo, em parte, o crescimento moderado da economia norte americana, em contraste com o enfraquecimento da área do euro.

Em junho de 2019, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado desceu para 50,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em julho de 2019 e, até ao dia 26, o preço do petróleo *Brent* aumentou ligeiramente, para se situar, em média, em 64 USD/bbl (57€/bbl), facto causado, em parte, pelo aumento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, em torno do Estreito de Ormuz.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 26.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,31	-0,32	-0,32	-0,31	-0,31	-0,35	-0,31	-0,31	-0,32	-0,35
Yield OT 10 anos – EUA**	%	2,91	2,92	2,93	3,04	2,65	2,33	2,57	2,53	2,39	2,07
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	1,27	1,22	1,30	1,39	1,11	0,80	0,99	0,95	0,87	0,58
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,145	1,166	1,158	1,145	1,124	1,138	1,124	1,122	1,115	1,138
Dow Jones*	VC	-5,6	0,7	9,0	-11,8	11,2	2,6	0,0	2,6	-6,7	7,2
DJ Euro Stoxx50*	VC	-14,3	1,0	0,1	-11,7	11,7	3,6	1,6	4,9	-6,7	5,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	71,54	74,90	75,98	68,09	63,88	68,26	67,03	71,63	70,20	62,95
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	30,6	47,09	45,60	10,94	-4,90	-8,90	0,5	-0,2	-8,8	-17,1
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	24,8	35,7	47,1	14,4	2,94	-3,41	9,6	9,0	-3,7	-14,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	53,3	54,1	56,5	55,0	47,4	54,0	50,9	54,6	56,7	50,6

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

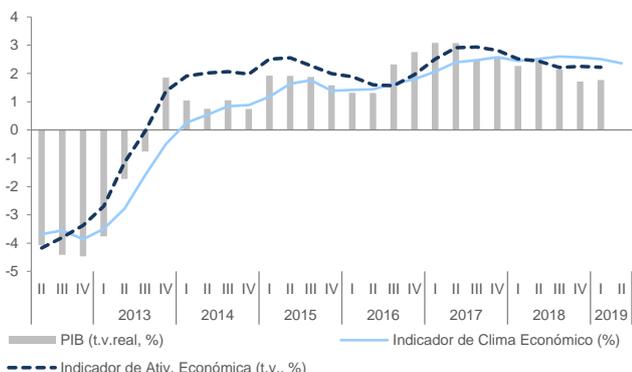
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o segundo trimestre de 2019 observou-se uma ligeira diminuição no indicador de clima económico quando comparado com o trimestre precedente (2,4% que compara com 2,5% no primeiro trimestre do ano).

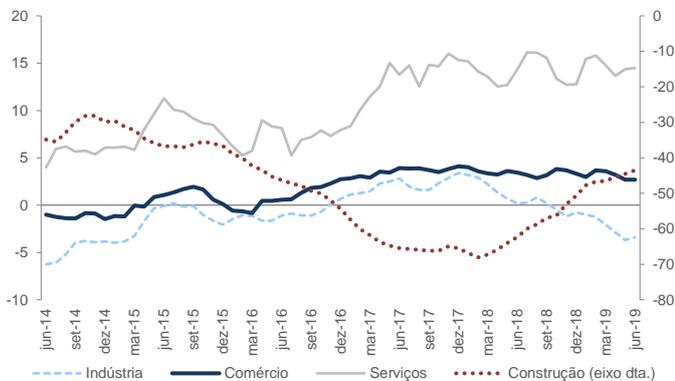
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano, registou-se uma melhoria no indicador de confiança relativo ao sector da construção, contrastando com uma ligeira deterioração nos serviços e uma deterioração mais acentuada no comércio a retalho e na indústria.

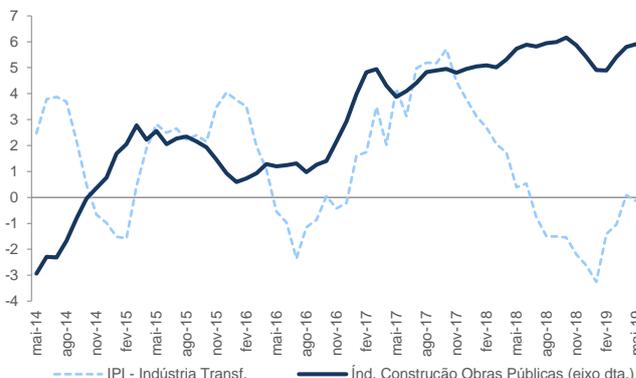
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em maio de 2019, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 2%, que compara com 2,2% no primeiro trimestre.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento em 1,1 p.p. face ao primeiro trimestre;
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 4% (que compara com 3,1% no primeiro trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 2,7% face ao período homólogo (menos 1,9 p.p. face ao primeiro trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 5,1% (4,9% no primeiro trimestre).

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

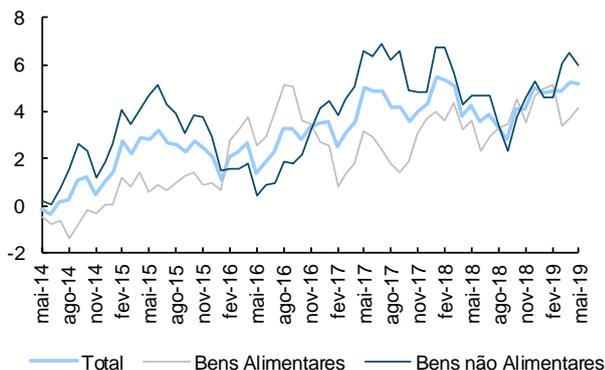
Indicador	Unidade	2018	2018				2019	2019				
			1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,1	2,3	2,5	2,1	1,7	1,8	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6	2,5	2,6	2,5	2,5	2,3	2,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	0,5	2,2	0,2	0,2	-0,8	-2,1	-1,5	-2,7	-4,4	-4,0	-1,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	3,3	3,4	3,4	3,2	3,3	3,6	5,0	2,4	2,2	3,4	2,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	14,1	13,6	14,3	15,6	12,8	14,8	13,6	12,9	14,5	15,7	13,2
Indicador de Confiança da Construção	"	-59,3	-67,3	-62,3	-57,0	-50,7	-46,6	-45,2	-47,0	-44,0	-42,6	-43,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-0,4	2,1	0,5	-1,5	-2,6	-1,0	0,4	-0,7	0,6	-0,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	5,3	4,8	9,1	5,8	1,8	1,8	2,5	0,4	2,5	2,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	4,7	5,3	6,1	5,2	2,3	4,6	3,3	5,7	1,9	0,7	:

*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Consumo Privado

No segundo trimestre de 2019, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 5,2% em termos homólogos, uma taxa superior à verificada no primeiro trimestre do ano (4,9%). Esta evolução resulta de uma aceleração da componente alimentar do índice (+1,4 p.p. para 4,8%) e de uma desaceleração da componente não-alimentar (-0,6 p.p. para 5,4%).

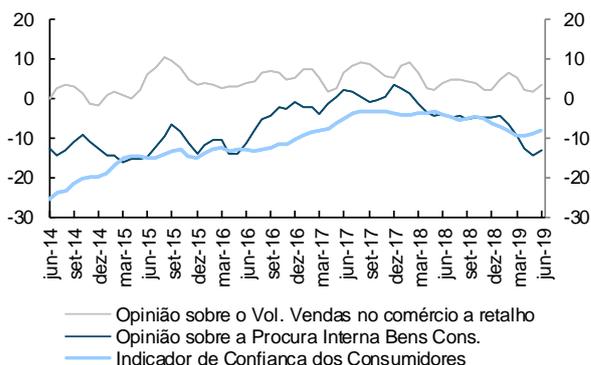
Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano, e face ao trimestre precedente, assistiu-se a uma melhoria do indicador de confiança dos consumidores. No entanto, em igual período, os indicadores qualitativos dos empresários relativos à opinião do volume de vendas no comércio a retalho e procura interna de bens de consumo deterioraram-se.

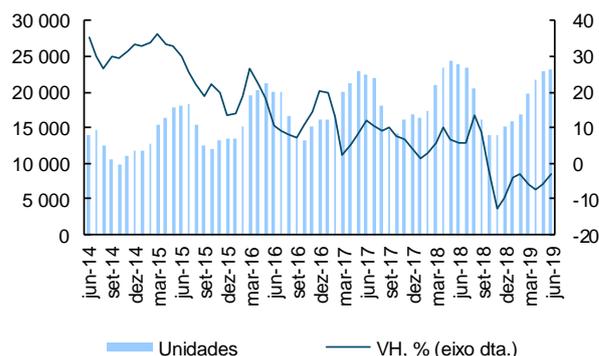
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano foram vendidos 69.150 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 9.708 unidades face ao primeiro trimestre. Ainda assim, face ao mesmo período de 2018, foram vendidos menos 2.164 veículos (redução de 3%).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	2,3	2,8	2,4	2,9	2,5	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-4,8	-4,0	-5,0	-6,2	-9,5	-8,3	-9,9	-10,7	-7,3	-9,0	-8,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,3	3,9	4,4	2,4	5,1	3,3	5,6	-0,4	1,8	3,3	4,7
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	4,1	3,6	2,8	5,0	4,9	5,2	4,6	4,4	6,7	4,3	:
Bens Alimentares	VH	3,7	2,3	3,5	4,7	3,4	4,8	3,6	1,0	6,6	4,9	:
Bens não alimentares	VH	4,5	4,7	2,3	5,3	6,1	5,4	5,5	7,2	6,8	3,8	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	2,7	5,9	8,5	-9,9	-5,9	-3,0	-9,3	-10,7	-1,6	-3,9	-3,5
Importação de Bens de Consumo***	VH	4,5	5,4	2,6	7,1	8,0	:	7,5	4,2	5,3	7,8	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

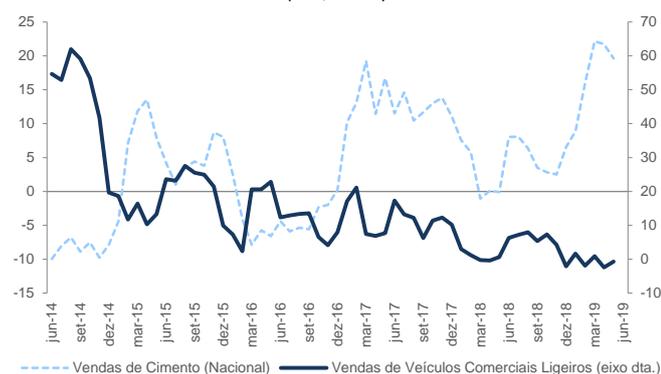
Fontes: INE e ACAP

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no segundo trimestre de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros diminuíram 3,5% (-4,4 p.p. face ao primeiro trimestre) acompanhadas pela variação de 17,7% na venda de veículos comerciais pesados, superior em 7,6 p.p. quando comparado com o primeiro trimestre de 2019;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 10,8% (-11,3 p.p. face ao trimestre anterior);

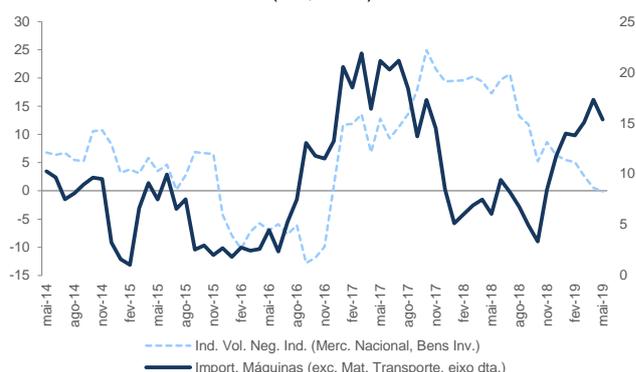
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No que concerne ao indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do INE, este apresentou uma variação homóloga de 11,6% no trimestre terminado em maio (-1,4 p.p. que no final do primeiro trimestre de 2019). Por sua vez, o Indicador de Máquinas e Equipamentos registou um crescimento homólogo de 13,4%, o que representa uma diminuição de 2,6 p.p. face ao registado no primeiro trimestre.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis relativos ao trimestre terminado em maio, mostram também que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de -0,1% (2,6% em no primeiro trimestre);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 15,4% (15,1% no trimestre terminado em março).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2018	2018				2019	2019				
			1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr	mai
FBC – CN Trimestrais	VH Real	5,5	5,4	4,6	4,5	7,4	17,8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	4,5	4,5	4,6	5,0	4,1	11,7	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	4,2	4,6	4,6	4,0	3,8	13,0	7,8	13,0	14,4	11,6	:
Vendas de Cimento	VH	4,3	-1,1	8,0	3,5	6,5	22,2	19,5	31,6	14,6	14,4	3,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	2,2	-0,2	6,3	5,4	-2,1	0,9	-6,4	-7,1	6,9	-0,7	-13,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-4,8	0,9	12	-3,7	-13,8	10,1	35,7	21,2	-8,2	26,3	31,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	6,8	4,9	4,4	3,5	14,6	5,7	6,1	-7,1	-8,6	-12,0	-2,7
Licenças de Construção de fogos	VH	43,5	32,8	47,9	35,6	57,2	30,9	30,0	12,9	-17,8	22,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	8,4	6,9	9,4	4,9	11,8	15,1	17,0	15,7	19,3	11,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	14,1	20,3	19,7	11,7	6,3	2,6	2,8	1,2	-2,3	0,6	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Para o trimestre terminado em maio, os dados relativos ao comércio internacional de bens, em termos médios homólogos nominais, apontam para um aumento das exportações de 5,6% e um aumento das importações em 12,3% (4,8% e 12,3% no primeiro trimestre de 2019).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 4,7% (melhoria de 5 p.p. face ao primeiro trimestre de 2019). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,9%, que compara com o crescimento de 6,4% registado no primeiro trimestre;
- no que concerne às importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 11,6%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 14,7% em termos homólogos (11,2% e 16% no primeiro trimestre do ano, respetivamente);
- Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 75,1% (80,3% em igual período de 2018).

No segundo trimestre de 2019, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram ligeiramente menos negativas que no trimestre anterior e a carteira de encomendas da indústria transformadora apresentou um decréscimo face ao mesmo período.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

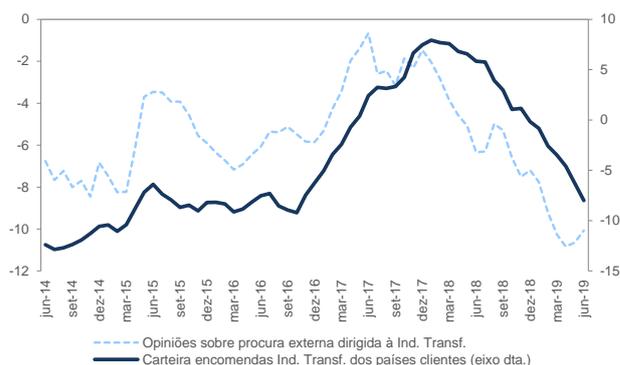
Indicador	Unidade	2018	2018				2019	2018	2019				
			1T	2T	3T	4T			1T	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,7	4,5	6,8	2,9	0,6	3,4	-	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	4,9	5,0	7,3	3,5	3,8	9,4	-	-	-	-	-	
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	0,2	0,7	0,8	0,7	0,2	-0,3	-	-	-	-	-	
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,2	1,1	0,8	0,6	0,2	-0,2	-	-	-	-	-	
Saídas de Bens	VH nom	5,3	3,1	10,8	6,0	1,6	4,8	4,1	5,6	4,8	3,1	8,7	
Entradas de Bens	VH nom	8,0	6,6	9,5	7,2	8,5	12,3	14,6	11,6	10,8	11,4	14,7	

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2018	2018				2019	2018	2019	Dif.
			1T	2T	3T	4T				
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	903	-78	-1600	2 140	440	-1231	-1311	-2 614	-1303
Saldo Balança de Bens	"	-14 707	-3 075	-3 498	-3 554	-4 580	-4 320	-5 142	-7 043	-1901
Saldo Balança de Serviços	"	16 718	2 563	4 195	5 995	3 965	2 595	5 452	5 427	-25
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 701	-379	-3 233	-1594	-495	-492	-3 050	-2 850	200
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	2 459	483	533	641	803	626	859	1319	461

Fonte: BdP.

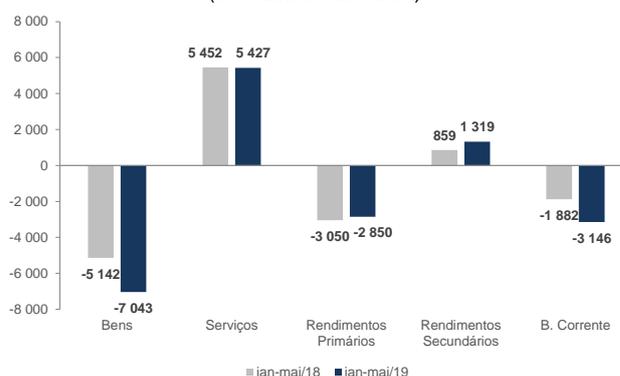
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2019, o saldo acumulado da balança corrente foi de -3.146 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 1.265 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais negativo da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



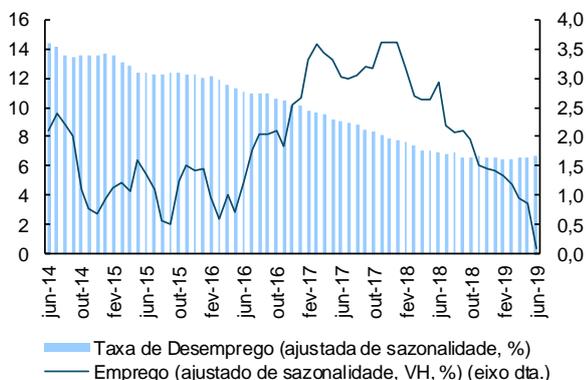
Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 2.614 milhões de euros (um aumento de 1.303 milhões de euros face ao mesmo período de 2018).

Mercado de Trabalho

A estimativa rápida do INE aponta para que a taxa de desemprego no mês de junho se tenha situado nos 6,7%, uma décima acima da estimativa definitiva para maio, e menos 0,4 p.p. que em junho de 2018. Esta evolução resulta de um crescimento do emprego de 0,1% e de uma redução da população desempregada de 3%.

Figura 2.13. Emprego e Taxa de Desemprego Mensal

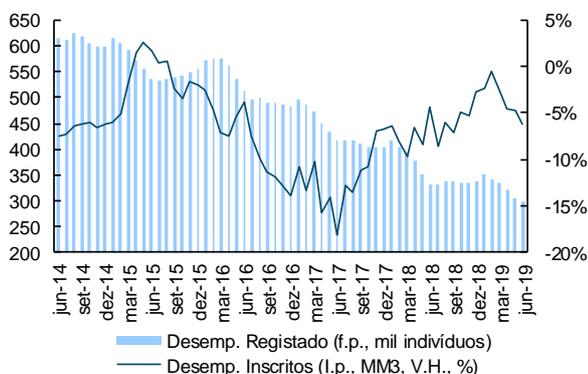


Fonte: INE.

No final do segundo trimestre do ano, estavam registadas 298 mil pessoas nos centros de emprego, menos 10,3% do que no mesmo trimestre de 2018, o valor mais baixo dos últimos 27 anos.

Ao longo do mesmo trimestre, registaram-se como desempregadas 109 mil novas pessoas, menos 0,1% do que no segundo trimestre de 2018.

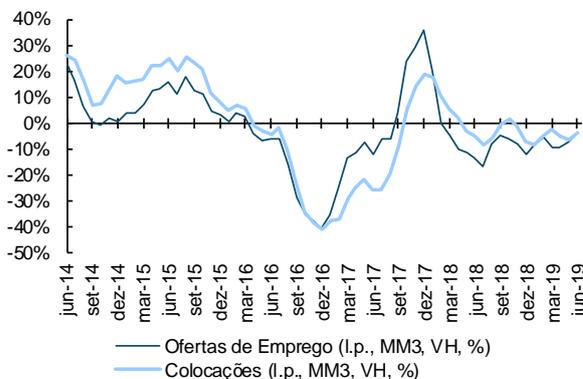
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego ao longo do segundo trimestre do ano foi 34,8 mil, um valor muito próximo do registado no segundo trimestre de 2018. Já o número de colocações situou-se em 22,6 mil em igual período.

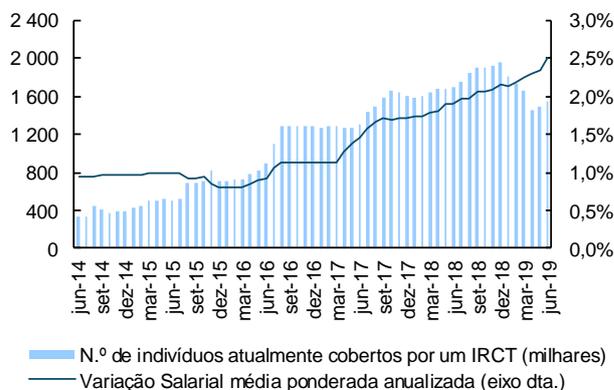
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de junho, cerca de 1,5 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, uma diminuição de 8,4% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2,5%, um valor ligeiramente acima do registado nos primeiros meses do ano.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,7	6,7	6,7	6,8	:	6,5	6,5	6,6	6,6	:
Emprego Total*	VH	2,3	2,4	2,1	1,6	1,5	-100,0	1,3	1,2	0,9	0,9	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-16,0	-20,5	-17,5	-16,0	-15,1	-10,3	-15,3	-15,1	-14,6	-12,9	-10,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-6,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,1	-0,4	-7,3	-5,7	-0,8	-12,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-8,7	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,0	-0,7	-19,6	-4,7	5,5	-13,0
Contratação Coletiva	VH	2,2	1,9	2,1	2,2	2,2	2,5	2,2	2,2	2,3	2,3	2,5
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	3,0	1,1	1,6	10,3	:	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,5	2,6	2,6	2,3	2,4	:	-	-	-	-	-

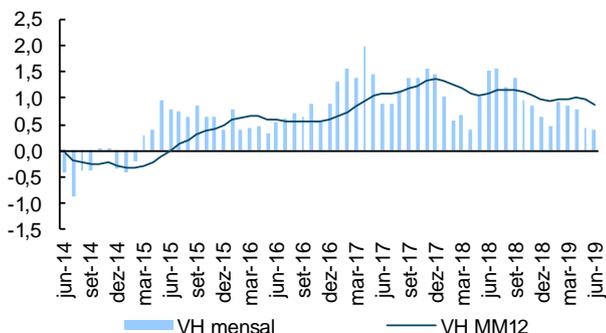
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em junho de 2019, foi de 0,4%, o mesmo valor do registado em maio. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 0,9%, valor ligeiramente inferior ao do mês anterior (1,0%).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (VH, %)

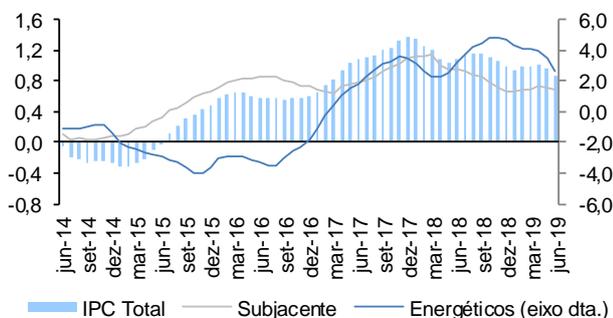


Fonte: INE.

No mesmo mês, o preço dos bens decresceu 0,3%, menos 0,3 p.p. do que em maio. Já o preço dos serviços acelerou 0,5 p.p. para 1,5%.

O IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, aumentou 0,6%; uma subida de 0,1 p.p. face ao mês anterior e 0,2 p.p. superior ao IPC total. Esta evolução reflete, entre outros, a evolução do preço dos produtos energéticos no mês de junho (queda de 2,5%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos) (MM12, VH, %)



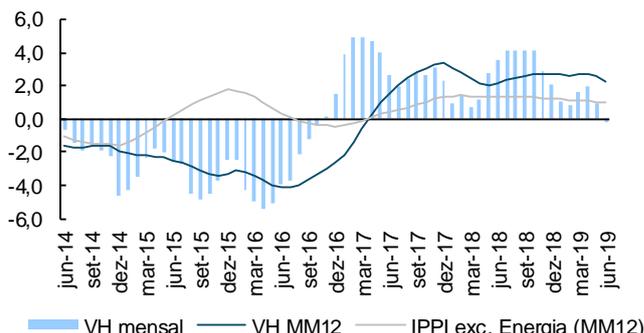
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, a que registou a maior queda foi a classe do Vestuário e a de Comunicações (ambas com uma diminuição de 3,8%), enquanto a classe de Restauração e Hotelaria foi a que registou a maior subida (2,2%).

Em junho, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 0,7%; um valor 0,6 p.p. abaixo do registado na zona euro.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em junho de 2019, uma variação homóloga de -0,2%, o que traduz uma desaceleração de 1,1 p.p. face a maio.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, a secção de Indústria Transformadora registou um aumento de 0,6% no mês de junho, enquanto a secção de Eletricidade, Gás, Vapor, Água e Ar registou uma redução de 8,5%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2018	2018			2019					
			out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	-0,1	-0,4	-0,2	-1,2	-0,2	1,8	0,6	0,1	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,0	1,0	0,9	0,7	0,5	0,9	0,8	0,8	0,4	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	1,1	1,1	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
IPC - Bens	VH	0,5	0,8	0,4	0,1	-0,3	0,5	0,7	0,1	0,0	-0,3
IPC - Serviços	"	1,7	1,3	1,5	1,6	1,6	1,6	1,1	1,8	1,0	1,5
IPC Subjacente*	"	0,7	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	0,7	0,8	0,5	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	2,7	4,1	2,9	2,1	1,0	0,8	1,6	2,0	0,9	-0,2
IHPC	"	1,2	0,8	0,9	0,6	0,6	0,9	0,8	0,9	0,3	0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,6	-1,5	-1,0	-0,9	-0,8	-0,6	-0,6	-0,8	-0,9	-0,6

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

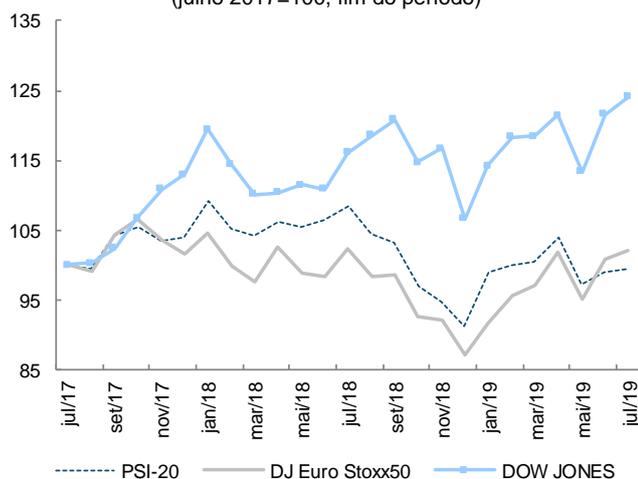
Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em finais de julho de 2019, os índices bolsistas internacionais, especialmente das economias desenvolvidas, prosseguiram uma evolução favorável, refletindo, em parte, a expectativa de uma política monetária mais acomodatória para a área do euro e para os EUA e, também para este último, resultados empresariais positivos relativos ao segundo trimestre de 2019.

Assim, a 26 de julho de 2019, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se 2,1% e 1,4%, respetivamente, face ao final do mês de junho.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(julho 2017=100, fim do período)



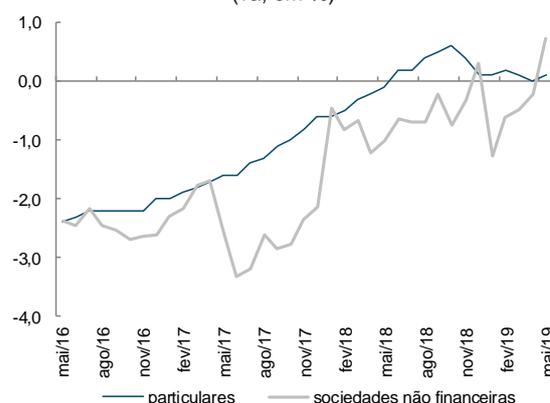
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também teve uma evolução positiva em julho de 2019, tendo, no dia 26, ganho 9% face ao final de 2018.

Em maio de 2019, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro recuperou para 0,3% em termos anuais (-0,1% no mês precedente) em resultado sobretudo da melhoria do crédito concedido às empresas não financeiras.

Para os particulares, os empréstimos aumentaram para 0,1% em termos anuais (0,0% em abril) devido à melhoria do crédito à habitação e para outros fins. Porém, o crédito ao consumo abrandou, tornando-se ligeiramente menos robusto.

Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

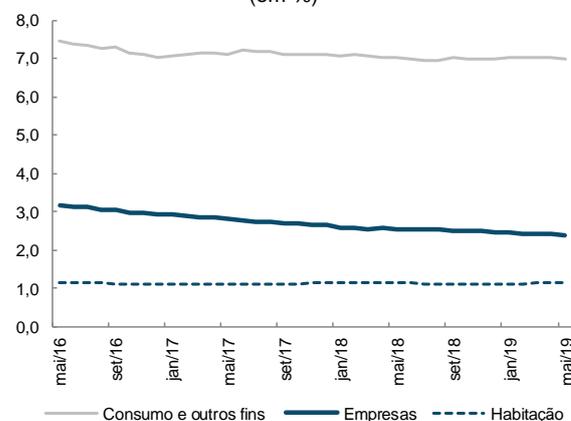


Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, as quais recuaram para 2,39% em maio de 2019 (2,54% no período homólogo). Pelo contrário, para os particulares, assistiu-se a uma ligeira subida das taxas de juro do crédito à habitação para 1,14%.

Segundo o Inquérito do Banco de Portugal aos bancos de julho de 2019, estes antecipam, para o terceiro trimestre deste ano, um aumento da procura de crédito para a compra de habitação, contrastando com uma redução da procura de crédito por parte das PME e de empréstimos de longo prazo para empresas.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	2018	2018			2019					
			out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	1,7	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,3	1,1	0,9	0,5
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	148	149	152	148	148	130	133	111	108	80
PSI 20*	VC	-12,2	-6,1	-2,3	-3,7	8,4	1,1	0,4	3,5	-6,4	1,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	-1,1	-0,8	-0,8	-1,1	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-0,9	:
- para consumo	va**	9,9	12,0	10,8	9,9	9,4	9,5	8,7	8,3	8,2	:
Empréstimos a empresas	va**	0,3	-0,7	-0,3	0,3	-1,3	-0,6	-0,5	-0,2	0,7	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	1,11	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	1,13	1,13	1,14	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	2,46	2,49	2,48	2,46	2,45	2,44	2,42	2,43	2,39	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Fontes: IGCP, CMVM e BdP

Finanças Públicas

Até ao final de junho de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo orçamental de -536 milhões de euros, assinalando-se uma melhoria de 2.117 milhões de euros face ao registado no período homólogo. Face ao mês anterior, o o déficit orçamental diminuiu 101 milhões de euros¹. Para esta melhoria, em termos homólogos, contribuiu o crescimento de 7,2% da receita efetiva, que mais do que compensou o aumento da despesa efetiva de 1,5%. A evolução da receita resultou sobretudo do crescimento da *Receita fiscal* (7%), assim como das *Contribuições para a segurança social* (6,5%)². Para o crescimento da despesa contribuiu o aumento das *Despesas com Pessoal* (4,3%), bem como das pensões da Segurança Social (5,5%). A contrapôr, registou-se uma diminuição dos encargos com *Juros e outros encargos* de 7,7% (efeito base decorrente de pagamentos efetuados em 2018 relativo a *swaps*). O saldo primário atingiu 4.284 milhões de euros, no que se consubstancia uma melhoria de 1.715 milhões de euros. Adicionalmente, o saldo corrente registou uma melhoria de 1.902 milhões de euros, fixando-se em 831 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de -3.211 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente de 534 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 2.141 milhões de euros.

Estado

O subsector Estado registou até junho um saldo negativo de 4.475 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 145 milhões face ao período homólogo. Por sua vez, o saldo primário cifrou-se em -31 milhões de euros, um agravamento de 5 milhões de euros face a igual período de 2018.

Para esta melhoria contribuiu o crescimento da receita efetiva em 8,4% (superior à variação implícita no OE/2019 de 4%) que mais do que superou o crescimento da despesa de 6,3%, que apresentou um grau de execução de 48,6%.

A *Receita fiscal* do Estado (7,6%), com crescimentos de 3,9% nos impostos diretos e de 9,8% nos impostos indiretos foi uma das responsáveis pelo crescimento da receita efetiva.

Dentro dos impostos diretos, de destacar o maior crescimento das receitas com IRC comparativamente às de IRS (4,7% no primeiro e 3,7% no segundo). Relativamente aos impostos indiretos, destaque para o crescimento homólogo do IVA (9,3%), do ISP (11,2%) e do Imposto de Selo (10%).

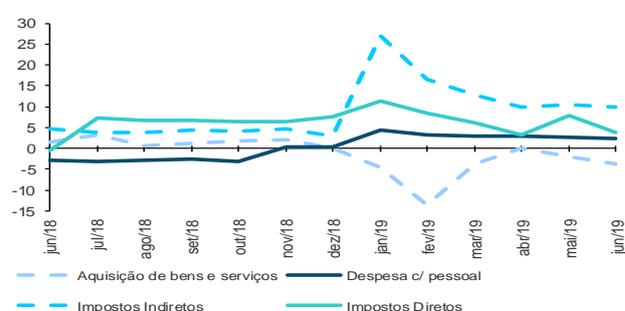
Relativamente à despesa efetiva, de assinalar o crescimento de 17% das *Transferências Correntes para a União Europeia* bem como as *Transferências Correntes para as Administrações Públicas* (4,7%). Adicionalmente, as *Despesas com pessoal* aumentaram 2,4% como resultado, em parte, do processo de descongelamento de carreiras iniciado em 2018. Também destacar que se registaram decréscimos nas despesas com *Aquisição de Bens e Serviços* (-3,7%) e nos *Juros e Outros Encargos* (-3,3%)³.

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2018		2019	
	jan a jun		Grau de execução (%)	VHA (%)
	10 ⁶ euros			
Receita Fiscal	18 698	20 119	44,1	7,6
Impostos diretos	6 885	7 153	36,3	3,9
IRS	4 258	4 414	34,2	3,7
IRC	2 434	2 549	40,2	4,7
Outros	193	191	42,6	-0,9
Impostos indiretos	11 813	12 965	50,0	9,8
IVA	7 971	8 712	49,8	9,3
ISP	1 661	1 847	50,7	11,2
Imp. de selo	774	851	50,5	10,0
Imp. s/ tabaco	574	707	52,4	23,2
ISV	393	390	48,6	-0,7
IUC	190	209	53,0	9,9
IABA	124	124	42,1	-0,2
Outros	125	125	44,4	-0,2

Fonte: DGO.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2018		2019		2019			
	jan a jun		jan a jun		VHA (%)			
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		mar	abr	mai	jun
Receita Efetiva	20 697	22 443	44,1	44,9	9,5	4,1	9,5	8,4
Receita corrente	20 667	22 399	44,1	45,0	9,3	3,9	9,4	8,4
Impostos diretos	6 885	7 153	37,7	36,3	6,1	3,1	7,9	3,9
Impostos indiretos	11 813	12 965	47,5	50,0	12,7	9,9	10,5	9,8
Despesa Efetiva	25 317	26 918	48,3	48,6	5,9	5,3	4,9	6,3
Despesa corrente primária	20 006	20 909	45,7	46,6	4,8	4,4	3,9	4,5
Despesa corrente	24 600	25 353	49,0	48,9	5,0	4,7	4,3	3,1
Despesa com pessoal	4 634	4 745	50,6	51,1	2,8	3,0	2,6	2,4
Aquisição bens e serviços	382	368	24,6	27,5	-3,7	0,0	-2,0	-3,7
Subsídios	30	29	24,5	24,4	2,4	7,9	13,3	-3,5
Juros	4 594	4 444	63,2	60,0	6,4	6,3	6,4	-3,3
Transferências corr. p/ AP	13 386	14 014	47,8	47,3	4,0	4,3	4,3	4,7
Saldo Global	-4 620	-4 475	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-26	-31	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Refira-se que a despesa com juros se encontra influenciada pelo pagamento integral antecipado do empréstimo do FMI no âmbito do PAEF.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) apresentou um saldo de 1264 milhões de euros. Este saldo representa um aumento de 1411 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

Dentro da receita efetiva, cujo crescimento foi de 8,4%, destaca-se positivamente o crescimento das *Taxas, multas e outras penalidades* em 6,9%¹, das *Transferências Correntes* (5,5%) e de *Capital provenientes da AC* (contributo de 5,8 p.p.) e negativamente as *Transferências Correntes provenientes da UE* com um redução de 22,6%, bem como nas *Outras Receitas Correntes* (-7,3%).

Quanto à despesa, registou-se uma redução significativa de 50,7% com *Juros e outros encargos* (resultado do efeito base proveniente dos pagamentos de 2018 pelos metropolitanos de Lisboa e do Porto no âmbito do acordo judicial relativo aos *swaps*), bem como dos *Subsídios* (-12,7%) e *Outras Despesas Correntes* (-12,8%). A contrapor, verificou-se um aumento da *Despesa com Pessoal* (5%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um saldo de 217 milhões de euros, o qual compara com um saldo negativo de -1.116 milhões de euros no período homólogo. Neste âmbito, de destacar a melhoria do saldo da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A. em 770 milhões de euros e do Metropolitano de Lisboa E.P.E. em 250 milhões de euros.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS até junho (ótica dos compromissos) registou um défice de 78 milhões de euros, representando uma deterioração de cerca de 20 milhões de euros face à execução do período homólogo de 2018.

A receita total efetiva registou um aumento de 5,4%, estando na base desta evolução um crescimento de 5,7% das *Transferências do OE*.

A despesa efetiva (compromissos de despesa assumidos) apresentou um crescimento de 5,8%, fundada num crescimento de 7,6% das *Despesas com o pessoal* e de 4,7% da *Despesa com a aquisição de bens e serviços*. Relativamente à última rubrica destaca-se o crescimento de 5,2% e 5,9% nos *Produtos Vendidos em Farmácias e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* respetivamente, bem como das *Compras de Inventários* em 4,1% e da *Despesa com PPPs* em 2%.

Na ótica de Caixa o SNS apresentou um saldo de -110 milhões de euros, uma melhoria de 141 milhões de euros face ao período homólogo.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em junho, o saldo global da CGA fixou-se em 173 milhões de euros, representando uma melhoria de 95 milhões de euros, em termos homólogos.

A evolução da receita efetiva, a qual apresentou um valor de 4.378 milhões de euros representando um aumento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2018, assenta no aumento das *Transferências correntes do OE* (3,9%). É de salientar o contributo negativo na receita de 1,1 p.p. das *Contribuições e Quotizações para a CGA*.

Para a redução da despesa efetiva em 1,6% contribuiu a diminuição do valor das pensões. No entanto, ao eliminar o efeito da aplicação em 2019 na CGA do novo normativo da AP a despesa com pensões aumentou 1,3%.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas							
	2018		2019		2018		2019					
	jan a jun						jan a jun					
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		Grau de execução (%)		VHA (%)	
Receita Efetiva	14 406	15 616	44,0	8,4	4 443	5 469	45,3	23,1				
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 788	1 746	45,0	-2,4	-	-	-	-				
Transferências correntes das Adm. Públicas	8 469	8 964	48,1	5,9	438	498	47,4	13,9				
Despesa Efetiva	14 553	14 352	41,4	-1,4	5 559	5 252	42,4	-5,5				
Despesa com pessoal	3 367	3 536	46,5	5,0	1 900	2 024	48,2	6,6				
Aquisição de bens e serviços	3 872	3 907	46,3	0,9	1 829	1 751	46,3	-4,3				
Transferências correntes	5 024	4 923	41,1	-2,0	46	31	38,4	-32,6				
Saldo Global	- 147	1 264	-	-	-1116	217	-	-				

Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações							
	2018		2019			2018		2019					
	jan a jun						jan a jun						
	10 ⁶ euros		VHA (%)			Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)		Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	4 622	4 873	5,4	48,2	Receita Efetiva	4 350	4 378	0,7	43,7				
Receita fiscal	63	61	-3,7	53,6	Contribuições p/ a CGA	1 785	1 741	-2,4	44,9				
Outra receita corrente	4 550	4 796	5,4	48,5	Quotas e contribuições	1 737	1 691	-2,6	44,9				
Receita de capital	8	16	85,7	13,9	Transferências correntes do OE	2 206	2 291	3,9	42,9				
Despesa Efetiva	4 680	4 951	5,8	48,5	Compensação do OE	2 080	2 135	2,6	42,8				
Despesa com pessoal	1 853	1 994	7,6	48,0	Compensação por pagamento de pensões	126	156	23,9	46,3				
Aquisição de bens e serviços	2 734	2 863	4,7	49,7	Despesa Efetiva	4 271	4 205	-1,6	41,7				
Despesa de capital	37	37	-1,6	21,1	Pensões	4 177	4 111	-1,6	41,7				
Saldo Global	- 59	- 78	-	-	Saldo Global	78	173	-	-				

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Explicado sobretudo pela alteração de contabilização das taxas de justiça apuradas pelo IGFEJ.

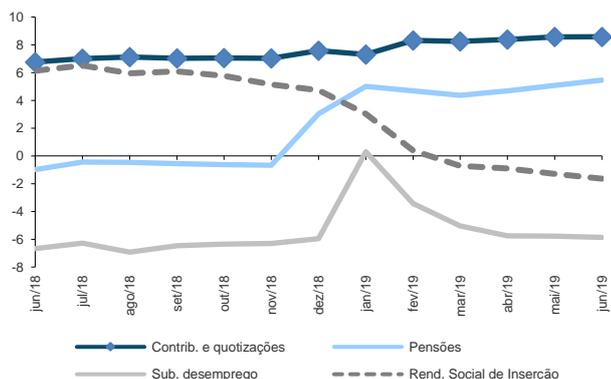
Segurança Social

No mês de junho manteve-se a tendência verificada nos meses anteriores de saldos orçamentais positivos. Para tal contribuiu, sobretudo, a evolução positiva do mercado de trabalho que se traduziu, por um lado na redução de despesa com *Prestações de desemprego* (-5,9%), e por outro lado num aumento da receita de *Contribuições e quotizações* (8,6%), o que conjuntamente mais que compensam o aumento das *Outras Prestações e ação social* (8,1%).

Assim, a execução acumulada apresenta um saldo global de 2.141 milhões de euros, aumentando 295 milhões de euros em relação ao período homólogo. Esta melhoria reflete um crescimento da receita efetiva de 7,2% superior em 1,5 p.p. ao crescimento da despesa (5,7%).

A evolução da receita efetiva é justificada pelo aumento das *Contribuições e quotizações* devido, em parte, à melhoria do mercado laboral e aumento do salário mínimo, pelo aumento das *Transferências correntes da Administração Central* que apresentam um crescimento de 5,2%, e pelo aumento das *Transferências do FSE* (16,7%).

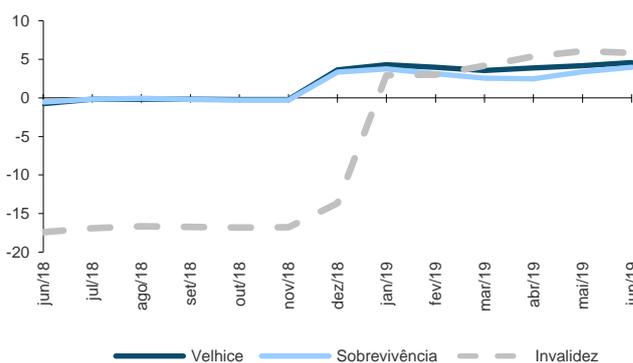
Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

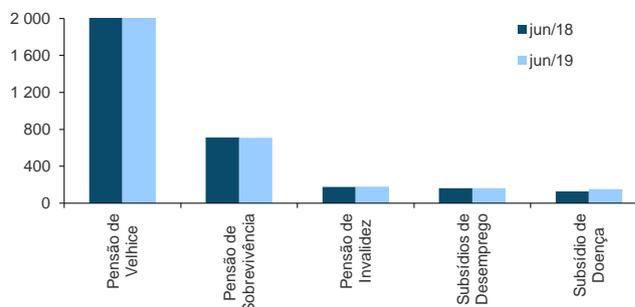
A despesa apresentou uma tendência crescente, refletindo, essencialmente, o aumento da despesa com *Prestações Sociais*, das quais se destaca o aumento das despesas com *Pensões* em 5,5%, sendo que este aumento é fundamentado pelo aumento do número de pensionistas, pela atualização anual e atualização extraordinária de pensões, o subsídio familiar com crianças e jovens (10,1%), subsídio por doença (11,2%) e prestação social para a inclusão (32,5%). Em contraponto, a despesa com *Prestação de desemprego* mantém a tendência dos meses anteriores, com uma diminuição para 610 milhões de euros.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2018	2019		
		jan a jun		
	10 ⁶ euros	VHA		Grau de execução (%)
Receita Efetiva	13 225	14 173	7,2	48,1
Contribuições e quotizações	7 934	8 615	8,6	48,5
Transferências correntes da Administração Central *	4 182	4 400	5,2	48,7
Despesa Efetiva	11 379	12 031	5,7	43,3
Pensões	7 010	7 392	5,5	42,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	234	229	-2,2	49,5
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	648	610	-5,9	50,5
Prestações e ação social	2 311	2 499	8,1	47,6
Saldo Global	1 846	2 141	-	-

Fonte: DGO.

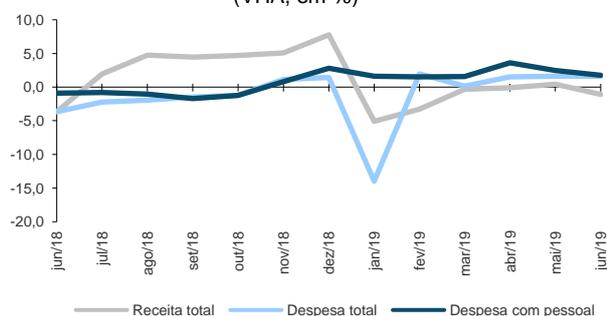
Administração Regional

A execução orçamental da Administração Regional, até junho registou um saldo global negativo em 151 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 32 milhões comparativamente ao mesmo período de 2018. Este resultado é sustentado por uma evolução díspar nas duas regiões, pois, a melhoria de 24 milhões no défice da Região Autónoma dos Açores foi ultrapassada pelo agravamento em 56 milhões de euros no défice da Região Autónoma da Madeira, o qual se fixou em -40 milhões de euros e -111 milhões de euros, respetivamente.

Para a evolução do saldo contribuiu o aumento da despesa (1,6%), designadamente, *Juros e outros encargos* (26,7% homologamente), bem como despesa em *Investimento* (25,1%). A contrapor, a despesa de *Transferências de Capital* e de *Aquisição de bens e serviços* que decresceu em 22,4% e 4,4% respetivamente.

Do lado da receita efetiva, que reduziu 1,1%, quando comparado com o mesmo período de 2018, destaca-se a diminuição das *Transferências correntes* (-1,1%) e das *Transferências de capital provenientes da União Europeia* (-33,9%). Esta diminuição foi em parte compensada pela evolução positiva da *Receita Fiscal* (4,1%) e as transferências de capital provenientes da Administração Central (16,4%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO

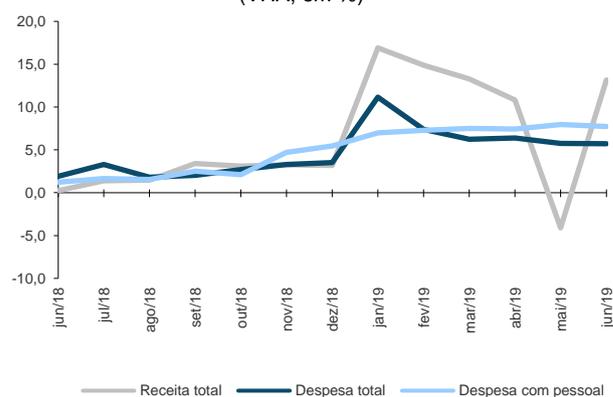
Administração Local

Em junho, a Administração Local atingiu um saldo global de 685 milhões de euros, uma melhoria de 297 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução positiva foi sustentada, fundamentalmente, num aumento da receita efetiva (13,2%) que mais do que superou o aumento da despesa efetiva (5,7%).

O crescimento da despesa efetiva deve-se, em grande medida, ao aumento das *Despesas com o pessoal* (7,7%) e da *Aquisição de bens e serviços* (4,5%). Saliente-se, também a redução de *Outras despesas correntes* (-4,5%) relacionada com o efeito base associado à devolução dos montantes da Taxa de Proteção Civil pela Câmara Municipal de Lisboa em 2018, por ter sido considerada institucional.

Relativamente à receita efetiva o aumento foi impulsionado pelo crescimento da *Receita Fiscal* (3,4%), nomeadamente ao nível do IMT, Derrama e ICU (a receita com IMI diminuiu devido, em parte, à redução do montante mínimo para pagamento em prestações). De ressaltar o contributo de 6,5 p.p. da receita com *Venda de Bens de Investimento* justificado pela venda de terrenos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2018	2019		2018	2019	
		jan a jun			jan a jun	
		10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)
Receita Efetiva	1 114	1 102	-1,1	3 700	4 187	13,2
Impostos	627	652	4,1	1 438	1 488	3,4
Transferências correntes	246	243	-1,1	1 314	1 364	3,8
Despesa Efetiva	1 233	1 253	1,6	3 313	3 502	5,7
Pessoal	511	520	1,8	1 173	1 263	7,7
Aquisição de bens e serviços	296	283	-4,4	987	1 032	4,5
Transferências correntes	105	101	-4,0	313	341	8,8
Investimento	49	62	25,1	553	594	7,4
Saldo global	- 119	- 151	-	388	685	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida pública atingiu em maio 252.515 milhões de euros, o que representa um aumento mensal de 180 milhões de euros e de mais 7.609 milhões de euros que no final de 2018. Adicionalmente, os depósitos detidos pelas AP aumentaram 6.511 milhões de euros desde final de 2018, atingindo 23.136 milhões de euros no final de maio.

Quadro 2.14. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 abr	2019 mai
Administrações Públicas	244 906	252 335	252 515
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	251 419	259 502	260 248
Administração Regional e Local	10 239	10 060	10 222
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	16 754	17 228	17 957
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 238	17 251	18 031
Depósitos das Administrações Públicas	16 625	22 407	23 136

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 2077 milhões de euros em junho, menos 51 milhões de euros do que no mês anterior e mais 312 milhões de euros que no final de 2018. A variação mensal resultou da diminuição da dívida não financeira da Administração Local (99 milhões de euros), parcialmente compensada pelo aumento da dívida não financeira da Administração Central e Regional (22 milhões de euros e 26 milhões de euros, respetivamente).

Quadro 2.15. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 mai	2019 jun
Administrações Públicas	1 765	2 128	2 077
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	553	738	760
Administração Regional	197	158	184
Administração Local	1 014	1 231	1 132
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 713 milhões de euros em junho, ou seja, menos 145 milhões que no mês anterior e mais 5 milhões que no final de 2018. A variação mensal resulta, sobretudo, da diminuição verificada nos Hospitais EPE (146 milhões de euros). Em termos homólogos, a redução dos pagamentos em atraso dos Hospitais EPE totalizam 293 milhões de euros.

Quadro 2.16. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 mai	2019 jun
Administrações Públicas	708	858	713
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	18	25	25
SNS	2	8	11
Hospitais EPE	484	627	480
Empresas Públicas Reclassificadas	12	18	18
Administração Regional	100	104	105
Administração Local	92	77	73
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	708	858	713

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em junho, a dívida direta do Estado atingiu 246.624 milhões de euros (246.059 milhões de euros após cobertura cambial), menos 5.633 milhões de euros que no final do mês anterior. No período em apreço, o *stock* de OT diminuiu 6.740 milhões de euros, tendo, em sentido oposto, o saldo de BT aumentado 1.289 milhões de euro. Adicionalmente foi liquidada a primeira transação em renminbis efetuada pela República Portuguesa (*Panda bond*) no valor de 259 milhões de euros.

Quadro 2.17. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mai/19	2019 jun			30/jun/19
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	160 901	3 155	8 143	- 287	155 625
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	12 924	1 289	0	0	14 213
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	133 627	1 607	8 143	- 204	126 887
Não Transacionável	39 729	465	823	0	39 371
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	28 771	300	275	0	28 796
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	6 770	76	461	0	6 386
Prog. de Ajustamento Económico	51 628	0	0	0	51 628
Total	252 257	3 620	8 966	-287	246 624

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 10 de julho, Portugal realizou dois leilões de OT, tendo colocado a 10 anos, 814 milhões de euros e a 25 anos, 293 milhões de euros. A taxa de colocação da OT a 10 anos foi de 0,510% e da OT a 25 anos foi de 1,426%.

Ainda em julho, foi realizado uma oferta de troca de OT nos seguintes termos: compra de 256 milhões de euros da OT 4,8%Jun2020 a 104,69% e de 541 milhões de euros da OT 3,85%Abr2021 a 107,59%; venda de 321 milhões de euros da OT 2,875%Jun2026 a 119,55% e de 476 milhões da OT 2,125%Out2028 a 116,3%.

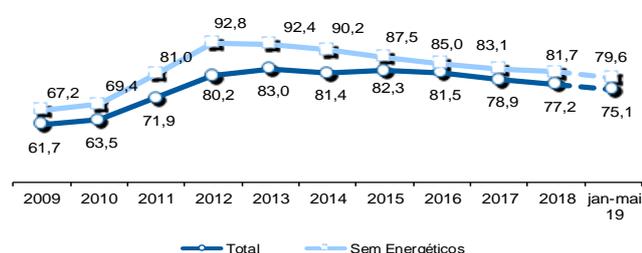
Ainda, foram emitidos a 17 de julho BT a 12 meses, no valor de 1.000 milhões de euros a uma taxa média de -0,431%, e 6 meses, no valor de 500 milhões de euros a uma taxa média de -0,454%.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 5,3%, em termos homólogos, enquanto as importações aumentaram 12,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 42,5%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,9% e as importações 12,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2018	2019	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	24 352	25 646	5,3	5,6	4,9
Importações (cif)	30 313	34 143	12,6	12,3	10,5
Saldo (fob-cif)	-5 961	-8 497	42,5	39,1	31,5
Cobertura (fob/cif)	80,3	75,1	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	22 563	24 112	6,9	7,0	5,8
Importações (cif)	26 928	30 279	12,4	11,1	9,8
Saldo (fob-cif)	-4 365	-6 167	41,3	29,9	29,3
Cobertura (fob/cif)	83,8	79,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2018	2019	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5 698	5 842	2,5	4,7	-0,4
Importações (cif)	6 995	8 129	16,2	14,7	17,2
Saldo (fob-cif)	-1 297	-2 287	76,3	66,5	118,7
Cobertura (fob/cif)	81,5	71,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2019, as exportações representaram 75,1% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 5,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 79,6% das importações (-4,2 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

	Valores em milhões de Euros		
	2018	2019	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	24 352	25 646	5,3
Importações (cif)	30 313	34 143	12,6
Saldo (fob-cif)	-5 961	-8 497	42,5
Cobertura (fob/cif)	80,3	75,1	-
Intra UE			
Exportações (fob)	18 654	19 804	6,2
Importações (cif)	23 318	26 015	11,6
Saldo (fob-cif)	-4 664	-6 210	33,2
Cobertura (fob/cif)	80,0	76,1	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 698	5 842	2,5
Importações (cif)	6 995	8 129	16,2
Saldo (fob-cif)	-1 297	-2 287	76,3
Cobertura (fob/cif)	81,5	71,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2019, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 33,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 6,2% e as importações a aumentarem 11,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 76,3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2018	2019	TVH	2018	2019	TVH
jan	5 977	6 850	14,6	4 775	4 972	4,1
fev	5 608	6 257	11,6	4 608	4 867	5,6
mar	6 270	6 945	10,8	4 948	5 186	4,8
abr	6 132	6 833	11,4	4 845	4 994	3,1
mai	6 327	7 258	14,7	5 175	5 627	8,7
jun	6 868			5 185		
jul	6 568			5 319		
ago	5 728			4 042		
set	5 937			4 699		
out	6 772			5 136		
nov	6 904			4 867		
dez	5 944			4 358		
1º Trim	17 855	20 052	12,3	14 332	15 026	4,8
2º Trim	19 326			15 205		
3º Trim	18 232			14 060		
4º Trim	19 620			14 361		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2019").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2019 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 5,3%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 6,9%.

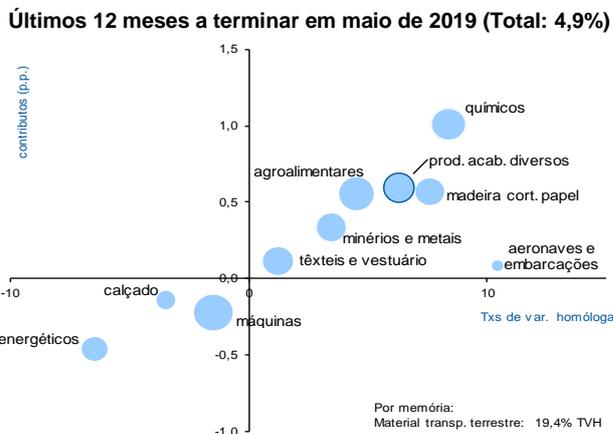
Entre janeiro e maio de 2019, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,5 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (1,2 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.). O “Material de transporte terrestre e suas partes” é o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,9%). Seguem-se as “Máquinas e aparelhos e suas partes” (13,7%) e os “Químicos” (12,5%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2019.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (4,9%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transporte terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (2,4 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Químicos” e dos “Produtos acabados diversos” (1 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente).

De referir, ainda, os contributos da “Madeira, cortiça e papel” e “Agroalimentares” para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com 0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
	jan-mai		2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2018	2019	2018	2019	2018	2019				
Total das Exportações	24 352	25 646	100,0	100,0	100,0	100,0	4,9	4,9	5,3	5,3
Agro-alimentares	2 848	2 995	11,8	12,3	11,7	11,7	4,5	0,6	5,2	0,6
Energéticos	1 789	1 534	10,4	6,9	7,3	6,0	-6,5	-0,5	-14,2	-10
Químicos	2 897	3 200	12,6	12,3	11,9	12,5	8,4	1,0	10,5	1,2
Madeira, cortiça e papel	1 797	1 923	8,1	7,6	7,4	7,5	7,6	0,6	7,0	0,5
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 275	2 300	9,2	9,3	9,3	9,0	1,2	0,1	1,1	0,1
Calçado, peles e couros	892	857	4,2	3,9	3,7	3,3	-3,5	-0,1	-3,9	-0,1
Minérios e metais	2 402	2 471	10,4	9,8	9,9	9,6	3,4	0,3	2,9	0,3
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 517	3 502	14,7	14,3	14,4	13,7	-1,5	-0,2	-0,4	-0,1
Material de transp. terrestre e suas partes	3 454	4 073	10,1	13,5	14,2	15,9	19,5	2,4	17,9	2,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	168	302	0,5	0,7	0,7	1,2	10,4	0,1	80,0	0,6
Produtos acabados diversos	2 314	2 490	8,0	9,5	9,5	9,7	6,3	0,6	7,6	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	22 563	24 112	89,6	93,1	92,7	94,0	5,8	5,4	6,9	6,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2019.

[2] $(\text{jun } 18\text{-mai } 19) / (\text{jun } 17\text{-mai } 18) \times 100 - 100$.

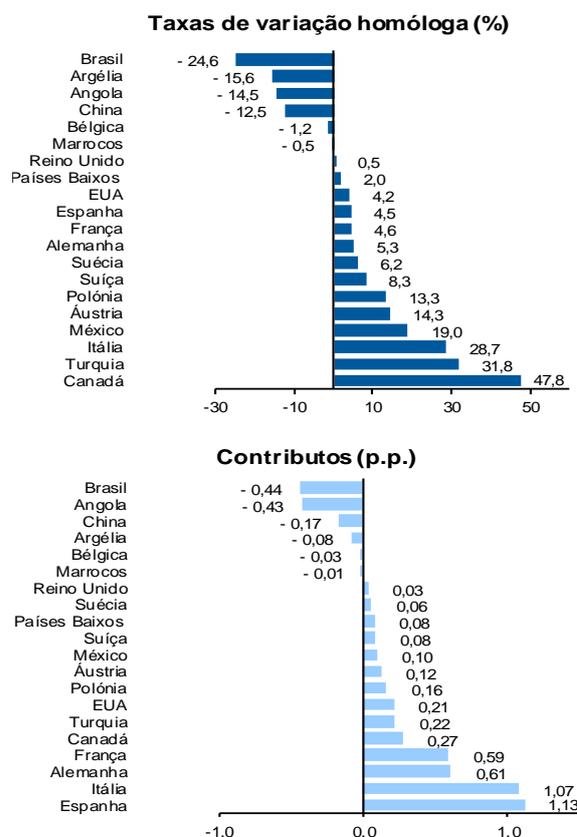
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros cinco meses de 2019, as exportações para a UE cresceram 6,2%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 6% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 9,1%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (2,5%), mas inferior à das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para a Alemanha e Itália (ambas com 1 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França (0,8 p.p.).

No último ano a terminar em maio de 2019, as exportações para os países Intra UE cresceram 6,7%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 6,2%. As exportações para Espanha e Itália foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (ambas com 1,1 p.p.). Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (47,8%), Turquia (31,8%) e México (19%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino para o Brasil (24,6%), Argélia (15,6%) e Angola (14,5%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em maio de 2019



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	24 352	25 646	100,0	100,0	100,0	100,0	4,9	4,9	5,3	5,3
Intra UE	18 654	19 804	70,3	76,1	76,6	77,2	6,7	5,0	6,2	4,7
dos quais:										
UE-15	17 518	18 565	67,1	71,5	71,9	72,4	6,2	4,4	6,0	4,3
Espanha	6 182	6 338	23,6	25,3	25,4	24,7	4,5	1,1	2,5	0,6
França	3 181	3 369	11,6	12,7	13,1	13,1	4,6	0,6	5,9	0,8
Alemanha	2 874	3 110	11,6	11,5	11,8	12,1	5,3	0,6	8,2	1,0
Reino Unido	1 549	1 562	5,5	6,3	6,4	6,1	0,5	0,0	0,9	0,1
Itália	992	1 235	3,3	4,3	4,1	4,8	28,7	1,1	24,5	1,0
Países Baixos	934	1 010	4,0	3,8	3,8	3,9	2,0	0,1	8,0	0,3
Bélgica	618	607	2,8	2,3	2,5	2,4	-1,2	0,0	-1,8	0,0
Suécia	243	235	0,9	1,0	1,0	0,9	6,2	0,1	-3,3	0,0
Áustria	241	254	0,5	0,9	1,0	1,0	14,3	0,1	5,6	0,1
Alargamento	1 136	1 239	3,2	4,6	4,7	4,8	14,4	0,6	9,1	0,4
Polónia	329	353	0,9	1,3	1,4	1,4	13,3	0,2	7,4	0,1
Extra UE	5 698	5 842	29,7	23,9	23,4	22,8	-0,4	-0,1	2,5	0,6
dos quais:										
EUA	1 210	1 286	4,2	5,0	5,0	5,0	4,2	0,2	6,3	0,3
Angola	605	512	6,6	2,6	2,5	2,0	-14,5	-0,4	-15,3	-0,4
Brasil	349	298	1,6	1,4	1,4	1,2	-24,6	-0,4	-14,7	-0,2
Marrocos	318	314	1,5	1,2	1,3	1,2	-0,5	0,0	-1,1	0,0
China	259	255	1,4	1,1	1,1	1,0	-12,5	-0,2	-1,6	0,0
Suíça	240	282	0,9	1,0	1,0	1,1	8,3	0,1	17,3	0,2
Turquia	163	232	0,8	0,8	0,7	0,9	31,8	0,2	42,0	0,3
Canadá	148	280	0,5	0,6	0,6	1,1	47,8	0,3	89,5	0,5
México	12	129	0,4	0,6	0,5	0,5	19,0	0,1	15,8	0,1
Argélia	19	96	1,1	0,5	0,5	0,4	-15,6	-0,1	-19,4	-0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	889	799	9,1	3,8	3,7	3,1	-11,9	-0,5	-10,1	-0,4
PALOP	840	758	8,0	3,6	3,4	3,0	-9,8	-0,4	-9,7	-0,3
EFTA	319	375	1,1	1,3	1,3	1,5	7,3	0,1	17,6	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2019.

[2] $(\text{jun } 18\text{-mai } 19) / (\text{jun } 17\text{-mai } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) - 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2019, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 12,6% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Aeronaves, embarcações e suas partes” (3,1 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,7 p.p.), “Químicos” (1,8 p.p.) e “Energéticos” (1,6 p.p.)

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,2%).

Nos primeiros cinco meses de 2019, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 11,6%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 11,1%, em termos homólogos e as provenientes dos países do Alargamento 21%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 16,2%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,5% do total). Seguem-se os EUA (2,1%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	30 313	34 143	100,0	100,0	100,0	100,0	10,5	10,5	12,6	12,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	4 352	4 644	15,9	14,6	14,4	13,6	5,4	0,8	6,7	1,0
Energéticos	3 385	3 864	19,6	12,0	11,2	11,3	15,8	1,8	14,1	1,6
Químicos	5 027	5 575	16,1	16,2	16,6	16,3	10,6	1,7	10,9	1,8
Madeira, cortiça e papel	967	1003	3,2	3,2	3,2	2,9	6,3	0,2	3,6	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1761	1898	5,9	5,8	5,8	5,6	5,5	0,3	7,8	0,5
Calçado, peles e couros	696	696	2,3	2,2	2,3	2,0	-0,2	0,0	-0,1	0,0
Minérios e metais	2 710	2 888	8,2	8,6	8,9	8,5	7,4	0,6	6,6	0,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	5 242	6 071	14,8	17,7	17,3	17,8	12,3	2,2	15,8	2,7
Material de transp. terrestre e suas partes	4 077	4 303	8,2	12,3	13,5	12,6	5,8	0,7	5,5	0,7
Aeronaves, embarcações e suas partes	319	1244	0,7	1,3	1,1	3,6	137,8	1,5	289,5	3,1
Produtos acabados diversos	1776	1958	5,2	6,0	5,9	5,7	8,7	0,5	10,2	0,6
Total sem energéticos	26 928	30 279	80,4	88,0	88,8	88,7	9,8	8,6	12,4	11,1
Mercados de origem										
Intra UE	23 318	26 015	72,0	75,7	76,9	76,2	8,4	6,5	11,6	8,9
dos quais:										
UE-15	22 176	24 633	69,4	72,0	73,2	72,1	8,1	5,9	11,1	8,1
Espanha	9 620	10 148	32,3	31,4	31,7	29,7	4,3	1,4	5,5	1,7
Alemanha	4 235	4 717	11,4	13,8	14,0	13,8	10,3	1,4	11,4	1,6
França	2 420	3 402	6,7	7,6	8,0	10,0	24,7	1,9	40,6	3,2
Itália	1 659	1 704	5,1	5,3	5,5	5,0	4,2	0,2	2,7	0,1
Países Baixos	1 602	1 653	5,0	5,2	5,3	4,8	2,2	0,1	3,2	0,2
Bélgica	854	1 016	2,5	2,9	2,8	3,0	16,5	0,5	19,9	0,5
Reino Unido	769	881	2,9	2,5	2,5	2,6	8,5	0,2	14,5	0,4
Polónia	376	430	0,8	1,2	1,2	1,3	9,7	0,1	14,4	0,2
Suécia	317	284	1,0	0,9	1,0	0,8	0,6	0,0	-10,3	-0,1
Alargamento	1 142	1 381	2,7	3,7	3,8	4,0	15,0	0,5	21,0	0,8
Extra UE	6 995	8 129	28,0	24,3	23,1	23,8	17,2	4,0	16,2	3,7
dos quais:										
China	886	1 208	2,4	3,1	2,9	3,5	25,3	0,8	36,3	1,1
EUA	474	733	1,5	1,8	1,6	2,1	64,6	0,9	54,9	0,9
Rússia	493	574	1,8	1,7	1,6	1,7	2,8	0,1	16,4	0,3
Brasil	466	385	1,5	1,3	1,5	1,1	-24,7	-0,4	-17,3	-0,3
Angola	362	431	4,6	1,2	1,2	1,3	88,6	0,7	18,9	0,2
Turquia	347	422	0,9	1,2	1,1	1,2	36,6	0,4	21,6	0,2
Cazaquistão	264	445	1,0	1,0	0,9	0,4	11,0	0,1	-44,9	-0,4
Azerbaijão	261	291	0,8	1,0	0,9	0,9	11,7	0,1	11,5	0,1
Arábia Saudita	238	362	1,2	1,0	0,8	1,1	55,5	0,4	52,1	0,4
Índia	294	336	0,7	0,9	1,0	1,0	9,2	0,1	14,3	0,1
Coreia do Sul	195	212	0,4	0,7	0,6	0,6	21,5	0,1	9,0	0,1
Guiné Equatorial	161	118	0,3	0,6	0,5	0,3	-1,6	0,0	-26,9	-0,1
Argélia	221	284	0,7	0,6	0,7	0,8	14,6	0,1	28,5	0,2
OPEP ^[4]	1057	1680	9,0	4,0	3,5	4,9	64,2	2,0	59,0	2,1
EFTA	178	199	0,7	0,6	0,6	0,6	30,6	0,2	11,7	0,1
PALOP	378	449	4,7	1,3	1,2	1,3	78,8	0,7	19,0	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2019.

[2] $(\text{jun } 18\text{-mai } 19) / (\text{jun } 17\text{-mai } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

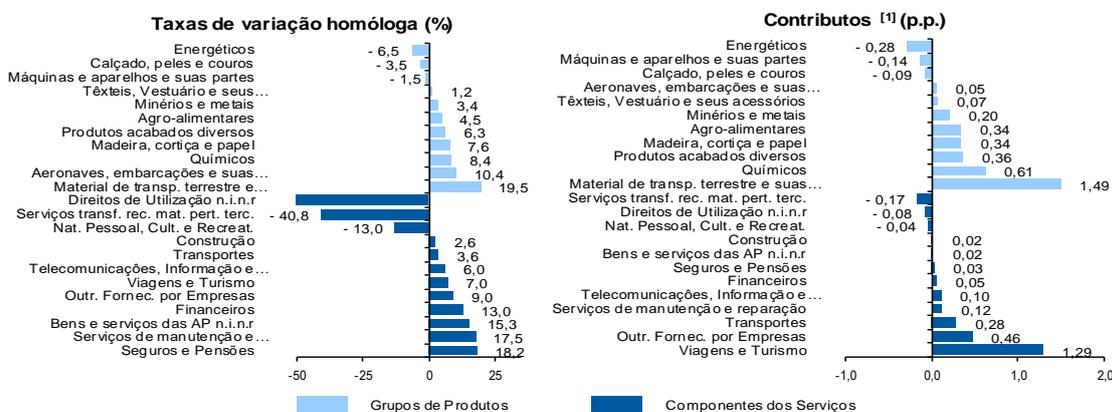
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de maio de 2019, nos primeiros cinco meses de 2019, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,8%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros cinco meses de 2019, a componente dos Serviços representou 32,9% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,9 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,6% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (10,3%) em 1,9 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em maio de 2019, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,49 p.p.) e dos “Químicos” (0,61 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de “Viagens e Turismo” (1,29 p.p.) e “Outr. Fornec. por Empresas” (0,46 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em maio de 2019



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5,7%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-mai		média anual 13-18	12 meses ^[1]		jan-mai	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	35 564	37 286	100,0	100,0	100,0	100,0	5,4	5,1	5,1	4,8	4,8
Bens	23 969	25 031	67,8	63,9	67,4	67,1	4,1	4,6	3,0	4,4	3,0
Serviços	11 595	12 255	32,2	36,1	32,6	32,9	7,8	5,8	2,1	5,7	1,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	10	73	0,6	0,3	0,3	0,2	-9,8	-40,8	-0,2	-34,0	-0,1
Serv. de manutenção e reparação	236	262	0,7	0,8	0,7	0,7	6,6	17,5	0,1	11,3	0,1
Transportes	2 797	2 896	8,1	7,7	7,9	7,8	4,4	3,6	0,3	3,6	0,3
Viagens e Turismo	5 469	5 791	15,5	15,6	15,4	15,5	12,4	7,0	1,3	5,9	0,9
Construção	221	245	0,9	0,7	0,6	0,7	-1,9	2,6	0,0	11,0	0,1
Seguros e Pensões	61	75	0,1	0,2	0,2	0,2	8,1	18,2	0,0	22,5	0,0
Financeiros	142	165	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	13,0	0,1	16,1	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	67	29	0,0	0,1	0,2	0,1	26,4	-50,6	-0,1	-56,8	-0,1
Telecom., Informação e Informática	643	627	1,4	1,8	1,8	1,7	10,6	6,0	0,1	-2,5	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1705	1947	5,4	5,2	4,8	5,2	4,3	9,0	0,5	14,2	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	90	86	0,4	0,3	0,3	0,2	-5,2	-13,0	0,0	-4,8	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	54	60	0,3	0,2	0,2	0,2	-10,1	15,3	0,0	11,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	35 254	38 902	100,0	100,0	100,0	100,0	5,9	9,5	9,5	10,3	10,3
Bens	29 111	32 074	83,3	82,2	82,6	82,4	5,6	9,6	7,9	10,2	8,4
Serviços	6 143	6 828	16,7	17,8	17,4	17,6	7,3	9,3	1,7	11,2	1,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	3	30	0,1	0,0	0,0	0,1	-28,6	259,8	0,0	97,5	0,1
Serv. de manutenção e reparação	42	196	0,4	0,5	0,5	0,5	11,4	8,8	0,0	20,8	0,1
Transportes	1492	1654	4,7	4,5	4,2	4,3	4,8	10,6	0,5	10,9	0,5
Viagens e Turismo	1848	2 047	4,8	5,4	5,2	5,3	8,6	11,2	0,6	10,8	0,6
Construção	51	49	0,2	0,1	0,1	0,1	-1,1	-2,3	0,0	-3,9	0,0
Seguros e Pensões	168	185	0,4	0,5	0,5	0,5	7,2	8,2	0,0	10,3	0,0
Financeiros	202	243	0,8	0,5	0,6	0,6	-0,9	11,5	0,1	20,5	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	310	305	0,6	0,8	0,9	0,8	12,3	-8,9	-0,1	-14	0,0
Telecom., Informação e Informática	404	368	1,2	1,1	1,1	0,9	4,1	1,9	0,0	-9,0	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1359	1595	2,8	3,9	3,9	4,1	13,1	11,3	0,4	17,4	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	97	96	0,6	0,3	0,3	0,2	-10,0	3,6	0,0	-0,2	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	48	60	0,1	0,2	0,1	0,2	17,8	17,0	0,0	24,5	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até maio de 2019.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

A investigação colaborativa aplicada ao mercado¹

Ricardo Pinheiro Alves², Vanda Dores², João Ferreira³, António Bob dos Santos³, Sílvia Santos²

1. Introdução

A realização de Investigação & Desenvolvimento (I&D) aplicada ao mercado é essencial para a competitividade de um país, pois proporciona uma vantagem concorrencial para as empresas e maior valor acrescentado para a economia. Estas vantagens são complementadas pela existência de efeitos de alastramento positivos originados pela investigação e pelo conhecimento científico.

A relativa pequena dimensão do mercado e das empresas portuguesas, mesmo se parcialmente compensado pela aposta na internacionalização, limita a capacidade financeira para realizar os necessários investimentos em I&D e em tecnologia para melhorar processos de produção e produtos e serviços, e deste modo beneficiar do crescimento da produtividade (Jorgensson *et al.*, 2008; Balasubramanian e Sivadasan, 2011).

Esta limitação em investir com uma perspectiva de longo prazo está patente no nível de despesa em I&D ou no número de investigadores em empresas, que é historicamente cerca de metade da média da OCDE, ou no número de pedidos de patentes realizados por empresas, que foi ainda mais baixo.

Em Portugal, a realização de I&D é ainda maioritariamente de natureza fundamental, está muito concentrada no Estado e os seus efeitos sentem-se especialmente em sectores não expostos ao mercado (Heitor *et al.*, 2014).

Por esse motivo, os investimentos que podem gerar efeitos *spillover* positivos para o nível de produtividade através da difusão do conhecimento em inovação (Gersbach e Schmutzler, 2003) e transferência de tecnologia (Bloom *et al.*, 2007) de empresas na fronteira da produtividade global ou nacional, estão limitados.

Perante a natureza de “bem público” do conhecimento e outras falhas de mercado, designadamente a informação assimétrica entre empresas e instituições financeiras que dificulta o acesso a financiamento adequado à natureza do investimento por parte de empresas de menor dimensão (Hall, 2002; Hall e Lerner, 2010) e a dificuldade de coordenação entre empresas e outras entidades do sector científico e tecnológico (Hausmann e Rodrik, 2002), torna-se necessária a existência de programas públicos de apoio à I&D orientada para o mercado que beneficiem o crescimento da produtividade.

Este artigo começa por introduzir os apoios em vigor em Portugal à I&D colaborativa e em seguida apresenta detalhadamente os projetos implementados com apoio público desde 2015, concluindo com os principais efeitos diretos do investimento realizado na economia portuguesa.

2. O Sistema de Incentivos em I&DT Colaborativa

A valorização económica da I&D beneficia da partilha e transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional. De forma a potenciar o desenvolvimento de iniciativas em I&D colaborativa, o SI “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico” do PT2020 prevê diferentes programas de apoio nos seus sistemas de incentivos.

O Programa INTERFACE, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016, de 21 de dezembro, visa a valorização dos produtos portugueses através da inovação, do aumento da produtividade, da criação de valor e da incorporação de tecnologia nos processos produtivos das empresas nacionais.

¹ O GEE agradece a colaboração da ANI – Agência Nacional de Inovação na cedência dos dados utilizados na presente análise.

² GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. As opiniões expressas no documento são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia.

³ ANI – Agência Nacional de Inovação.

As iniciativas do INTERFACE visam acelerar a transferência de tecnologia das universidades e centros de investigação para as empresas, de forma a potenciar a certificação de novos processos e produtos, e aumentar a competitividade da economia portuguesa no mercado internacional.

O presente relatório analisa os diferentes programas de apoio à I&D colaborativa no que respeita à atribuição dos respetivos incentivos, considerando os projetos contratados e os montantes financeiros envolvidos, principalmente no apoio às empresas e entidades do sistema científico e tecnológico. Estes incentivos são concedidos ao abrigo dos sistemas de incentivos do PT2020 através da ANI (Agência Nacional de Inovação).

Ainda que o INTERFACE tenha sido criado apenas no final de 2016, são considerados para análise todos os projetos aprovados ao abrigo dos SI PT2020 em I&D colaborativa, mesmo os que são anteriores à sua criação, na medida em que o objetivo é compreender as vantagens destes apoios. Os projetos enquadram-se nos seguintes Programas de Apoio⁴:

- Demonstradores em Co-Promoção

Apoio a projetos demonstradores de tecnologias avançadas e de linhas-piloto que, partindo de atividades de I&D já concluídas, visam evidenciar, perante um público especializado e em situação real, as vantagens económicas e técnicas das novas soluções que não se encontram suficientemente validadas do ponto de vista tecnológico para utilização comercial.

- I&D em Co-Promoção

Apoio a projetos de empresas em co-promoção com outras empresas ou entidades de investigação que visem o reforço da sua competitividade e inserção internacional. Os projetos em co-promoção são liderados por empresas, compreendendo atividades de investigação industrial e de desenvolvimento experimental conducentes à introdução de melhorias ou à criação de novos produtos, processos ou sistemas.

- I&D Industrial à Escala Europeia

Apoio ao cofinanciamento nacional para potenciar o valor acrescentado da participação de empresas portuguesas em programas internacionais de I&D. Os apoios à I&D Industrial à Escala Europeia abrangem projetos promovidos no âmbito das seguintes iniciativas europeias: Rede EUREKA e Eurostars.

- Núcleos de I&DT em Co-Promoção

Apoia projetos de criação e dinamização de um “**Núcleo de I&D em Co-promoção**” envolvendo recursos humanos qualificados, originários de vários copromotores, nomeadamente, entidades não empresariais de investigação, que se associam, liderados por uma PME, para executarem um conjunto de atividades que promovam o reforço das competências internas das empresas na área da I&D, a transferência de tecnologia e partilha de conhecimento.

Estas estruturas assentam no estabelecimento de parcerias estratégicas tendo como objetivo principal a cooperação na identificação de desafios na definição de projetos, na realização de ações de prospetiva tecnológica de longo prazo, no desenvolvimento de estudos de viabilidade tecnológica, na partilha de recursos e infraestruturas e na mobilidade e intercâmbio de recursos humanos qualificados entre empresas e entidades de I&D.

- Projetos Mobilizadores

Projetos estratégicos de I&D que visem a criação de novos produtos, processos ou serviços com elevado conteúdo tecnológico e de inovação. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de cadeias de valor e se configurem como focos dinamizadores de capacidades e competências científicas e tecnológicas que possam induzir impactos significativos a nível multisectorial.

Pela sua transversalidade e abrangência das competências envolvidas, os Projetos Mobilizadores são desagregados em subprojectos que em conjunto contribuem para a realização de um objetivo global. Estes subprojectos aglutinam diversas capacidades complementares e estão estruturados em torno de objetivos

⁴ <https://www.ani.pt/>

concretos, coerentes e complementares, que visam criar novos produtos, processos ou serviços (PPS), ou introduzir melhorias significativas em PPS existentes.

3. I&D Colaborativa: investimento de 472 M€ em 450 projetos

Os projetos colaborativos desenvolvidos com apoio do Estado incentivaram a realização de investimento conjunto entre entidades do sector empresarial e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Entre 2015 e 2019⁵, os Programas de Apoio à I&D colaborativa totalizaram o valor de 298,2 M€ em incentivos concedidos a 450 projetos contratados. O investimento total envolvido corresponde a 472,1 M€. Destaca-se o apoio a Projetos de I&D em Co-Promoção, que representam 69% do incentivo total concedido.

Uma primeira avaliação dos resultados alcançados mostra que o investimento adicional feito pelas empresas por cada 1€ de apoio recebido do Estado é de 0,58€. Este valor é inferior à média referida pela OCDE⁶ de 1€ adicional realizado pelas empresas, mas esta em linha com a realidade portuguesa em que o investimento em I&D está concentrado no sector público.

Projetos contratados por Programa de Apoio

Programas de Apoio	Investimento Total	Investimento Elegível	Incentivo Total
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	26 317 490	25 233 267	14 920 700
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	327 006 612	317 508 695	205 579 273
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	995 593	992 342	700 239
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	9 832 683	9 661 541	5 819 141
PT2020 - SI I&DT - Projetos Mobilizadores	107 960 996	106 358 210	71 186 312
Total	472 113 374	459 754 055	298 205 665

Fonte: ANI, Dados relativos aos projetos contratados ao abrigo dos Sistemas de Incentivos à I&D colaborativa no âmbito do PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores de investimentos e de incentivo em euros.

O total de projetos de I&D Colaborativa contratados até ao momento no PT2020 são ainda em número inferior aos do QREN (450 face a 637 no QREN) mas apresentam um valor de investimento elegível superior (460 M€ e 431 M€). No caso específico dos Projetos Mobilizadores, estes apresentam o mesmo número de projetos (14) mas aumentaram 68% em valor (de 63 M€ para 106 M€).

3.1. Projetos e participantes

Os incentivos concedidos aos 450 projetos envolvem a participação de 709 entidades, das quais 609 (86%) são empresas. As empresas receberam 56,7% dos incentivos atribuídos (169 M€) e as universidades 19,1% (57 M€). Das 609 empresas, 333 participaram como líderes de projetos e enquanto co-promotoras, em 378 projetos, existindo 102 empresas a participar simultaneamente como líderes e co-promotoras em diferentes projetos (a taxa de participação das empresas por projeto é de 1,4).

Os projetos de I&D em Co-Promoção obtiveram maior valor (118,1 M€) no caso das empresas (70% do total de incentivo às empresas e 40% do total de incentivos concedido). Destacam-se igualmente os Projetos Mobilizadores, com um valor de 38,7 M€ (22,9% do valor total de incentivos concedidos às empresas).

⁵ Dados da ANI, a 16 de abril de 2019.

⁶ "The Bang for the Buck of R&D Tax Credits – Preliminary findings from the OECD microBERD project", OCDE, novembro 2018.

Incentivos atribuídos aos projetos contratados por Programa de Apoio e Tipo de Organização

Tipos de Organização	Incentivo Total por Programas de Apoio - PT2020 - SI I&DT					
	Demonstradores em Co-Promoção	I&D em Co-Promoção	I&D Industrial à Escala Europeia	Núcleos de I&DT em Co-Promoção	Projetos Mobilizadores	Total Geral
Associações		175 456			246 504	421 960
Centros Tecnológicos	353 824	3 918 231		83 981	3 417 011	7 773 046
Empresas	8 916 925	118 139 311	504 556	2 721 750	38 763 845	169 046 388
Instituições de interface	664 363	14 140 747		470 226	3 834 972	19 110 308
Instituições privadas sem Fins lucrativos	1 116 842	9 408 281			4 957 464	15 482 587
Lab. Estado	60 562	1 704 851			311 141	2 076 554
Laboratórios Associados	529 443	5 791 809	195 683	348 769	2 963 080	9 828 783
Nome Individual					14 049	14 049
Outro Estado	264 664	1 344 422			205 794	1 814 879
Politécnicos	682 114	10 569 856		620 404	3 872 611	15 744 984
Universidades	2 331 964	40 386 310		1 574 012	12 599 842	56 892 127
Total Geral	14 920 700	205 579 273	700 239	5 819 141	71 186 312	298 205 665

Fonte: ANI, Dados relativos aos projetos contratados ao abrigo dos Sistemas de incentivos à I&D colaborativa no âmbito do PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores de investimentos e de incentivo em euros.

No período em análise, em termos médios, foram as empresas envolvidas em projetos de I&D em Co-promoção que tiveram o maior incentivo aprovado (203,3 mil euros), superior ao valor médio total (185,2 mil euros), situação que se verifica em todos os anos, à exceção de 2018.

Incentivo médio por empresa participante nos projetos contratados por Programa de apoio e por Ano de Contrato

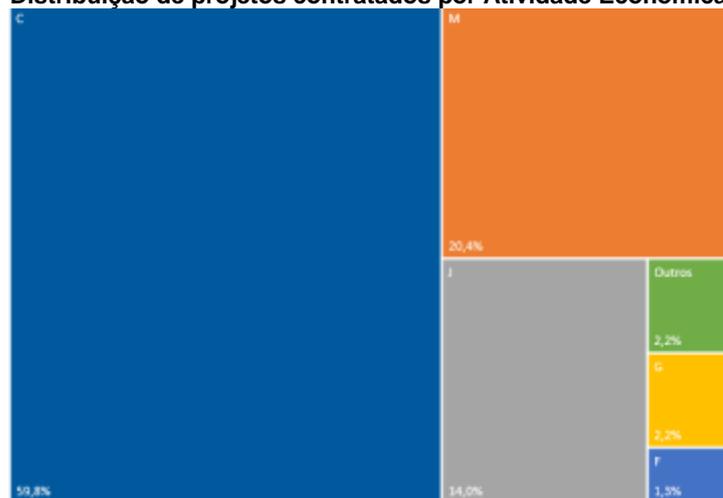
Programas de Apoio PT2020 - SI I&DT	Incentivo médio por empresa(€)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2015-2019
Demonstradores em Co-Promoção	93 761	124 160	89 108	141 204	81 912	114 320
I&D em Co-Promoção	204 916	209 921	241 876	183 051	216 407	203 338
I&D Industrial à Escala Europeia				168 185		168 185
Núcleos de I&DT em Co-Promoção		158 274	128 888	123 429		129 607
Projetos Mobilizadores			213 316	131 598	95 015	168 538
Total	187 272	201 110	211 551	162 322	123 080	185 155

Fonte: ANI, Dados relativos aos projetos contratados ao abrigo dos Sistemas de incentivos à I&D colaborativa no âmbito do PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores de investimentos e de incentivo em euros.

3.2. Sectores beneficiados

Os projetos aprovados estão concentrados na Indústria Transformadora (60% do número total de projetos, 65% do valor de investimento total e de incentivos concedidos) e na Consultoria científica e técnica (20% do número total de projetos e 15% do valor de investimento total e de incentivos).

Distribuição de projetos contratados por Atividade Económica

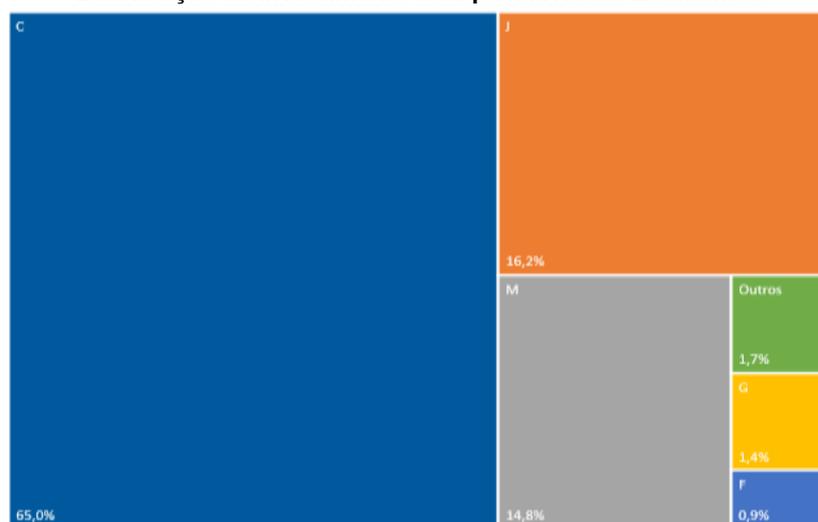


- C Indústrias transformadoras
- M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- J Actividades de informação e de comunicação
- G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- F Construção
- Outros

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019).

Nota: as CAE Rev3 utilizadas referem-se às atividades do Projeto (e não das empresas participantes)

Distribuição do investimento total por Atividade Económica



- C Indústrias transformadoras
- J Atividades de informação e de comunicação
- M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- F Construção
- Outros

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019).

Nota: as CAE Rev3 utilizadas referem-se às atividades do Projeto (e não das empresas participantes)

Os projetos enquadrados nas atividades de informação, das indústrias transformadoras e das atividades administrativas e dos serviços de apoio, são os que apresentam os incentivos médios por projeto mais elevados (781,7 mil euros, 716,8 mil euros e 645,2 mil euros, respetivamente).

Incentivos médios por projetos aprovados por Atividade Económica

Atividade Económica do Projeto (CAE Rev3, Secção)	Incentivo médio (€)
	2015-2019
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	524 900
Indústrias transformadoras	716 754
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	397 817
Construção	323 266
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	421 216
Atividades de informação e de comunicação	781 723
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	490 405
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	645 200
Atividades de saúde humana e apoio social	297 806

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019).

Nota: as CAE Rev3 utilizadas referem-se às atividades do Projeto (e não das empresas participantes)

Os projetos enquadrados nas atividades de saúde humana e apoio social são aqueles que, em média, apresentam uma maior percentagem de investimento elegível face ao investimento total (99,7%), à qual está associada uma taxa de esforço⁷ de 47,5% (a mais elevada na I&D colaborativa). Por sua vez, os projetos de atividades de informação e de comunicação são os que apresentam a mais baixa taxa de esforço por projeto (35,5%).

⁷ A taxa de esforço resulta da fórmula: $[1 - (\text{Incentivo} / \text{Investimento Total})] * 100$ e mede a percentagem de investimento total efetivamente suportada pela empresa.

Rácio Investimento Elegível/Investimento Total e “Taxa de Esforço” por sector

Atividade Económica do Projeto (CAE Rev3, Secção)	2015-2019	
	Invest Elegível / Invest Total	Taxa de esforço
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	93,8	42,9
Indústrias transformadoras	97,0	37,1
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	96,9	38,9
Construção	94,5	53,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	98,4	36,2
Actividades de informação e de comunicação	98,5	35,5
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	97,9	35,6
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	98,8	37,3
Actividades de saúde humana e apoio social	99,7	47,5

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019).

Nota: as CAE Rev3 utilizadas referem-se às atividades do Projeto (e não das empresas participantes)

3.3. Investimento previsto

No período em análise, o investimento total associado aos projetos contratados atingiu o valor de 472 M€, destacando-se o ano de 2016, o que representa 34,6% do total de investimento previsto.

Investimento total por Programa de Apoio e por Ano de Contrato

Programas de Apoio PT2020 - SI I&DT	2015	2016	2017	2018	2019	2015-2019
	Investimento Total	Investimento Total	Investimento Total	Investimento Total	Investimento Total	Investimento Total
Demonstradores em Co-Promoção	2 974 255	10 002 113	2 667 514	7 697 073	2 976 535	26 317 490
I&D em Co-Promoção	29 821 108	152 749 696	36 125 680	104 145 417	4 164 711	327 006 612
I&D Industrial à Escala Europeia				995 593		995 593
Núcleos de I&DT em Co-Promoção		832 268	5 330 141	3 670 274		9 832 683
Projetos Mobilizadores			57 787 780	46 715 833	3 457 384	107 960 996
Total	32 795 363	163 584 077	101 911 115	163 224 189	10 598 630	472 113 374

Fonte: ANI, Dados relativos aos projetos contratados ao abrigo dos Sistemas de incentivos à I&D colaborativa no âmbito do PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores de investimentos e de incentivo em euros.

Relativamente aos projetos contratados, o ano de 2016 é o que apresenta maior número (185), e o ano de 2018 o que se verificou o maior valor (34,5% do total de incentivos concedidos no período).

Projetos contratados por Programa de Apoio e Ano de Contrato

Programas de Apoio PT2020 - SI I&DT	2015		2016		2017		2018		2019		Total Projetos (N.º)	Incentivo Total (%)
	Projetos (N.º)	Incentivo (%)	Projetos (N.º)	Incentivo Total (%)								
Demonstradores em Co-Promoção	7	11,1	17	37,5	6	10,3	12	30,2	6	10,9	48	100,0
I&D em Co-Promoção	38	9,3	167	47,0	36	10,9	124	31,5	4	1,2	369	100,0
I&D Industrial à Escala Europeia							2	100,0			2	100,0
Núcleos de I&DT em Co-Promoção			1	8,0	9	54,4	7	37,6			17	100,0
Projetos Mobilizadores					7	53,4	6	43,0	1	3,5	14	100,0
Total Geral	45	7,0	185	34,4	58	21,8	151	34,5	11	2,2	450	100,0

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores em euros.

No período iniciado em 2015 o incentivo médio por projeto foi de 663 mil euros, sendo os Projetos Mobilizadores, com uma aplicação ao mercado mais imediata por via do desenvolvimento de produtos e processos, os que receberam o incentivo médio mais elevado (5,1 M€), dado tratarem-se de projetos de dimensão muito superior, quer em termos de investimento, incentivo e em número de promotores (em média, cada projeto contou com a participação de 19 entidades, das quais 15 são empresas). O programa I&D em Co-promoção (incentivo médio 2015-2019 de 557 mil euros) é o que apresenta o maior número de projetos aprovados, 369 (82% do total).

Incentivos médios dos projetos contratados por Programa de Apoio e Ano de Contrato

Programas de Apoio PT2020 - SI I&DT	Incentivo médio (€)					2015-2019
	2015	2016	2017	2018	2019	
Demonstradores em Co-Promoção	236 249	329 001	255 513	375 677	272 123	310 848
I&D em Co-Promoção	505 432	578 624	622 526	522 490	635 758	557 125
I&D Industrial à Escala Europeia				350 119		350 119
Núcleos de I&DT em Co-Promoção		465 927	351 738	312 510		342 302
Projetos Mobilizadores			5 433 687	5 107 325	2 506 558	5 084 737
Total Geral	463 559	555 076	1 123 197	680 984	607 484	662 679

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores em euros.

No período 2015-2019 cerca de 97% do investimento total dos projetos contratados foi considerado como elegível para efeitos de atribuição de incentivos. A taxa de esforço média por projeto foi de cerca de 37%. Estes dois indicadores mantiveram-se relativamente constantes ao longo do período.

Rácio Investimento Elegível/Investimento Total e “Taxa de Esforço” dos projetos contratados por Programa de Apoio e Ano de Contrato

Programas de Apoio PT2020 - SI I&DT	2015-2019	
	Invest Elegível / Invest Total	Taxa de esforço
Demonstradores em Co-Promoção	95,9	43,3
I&D em Co-Promoção	97,1	37,1
I&D Industrial à Escala Europeia	99,7	29,7
Núcleos de I&DT em Co-Promoção	98,3	40,8
Projetos Mobilizadores	98,5	34,1
Total Geral	97,4	36,8

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (Situação a 16.04.2019). Valores em euros.

Em termos médios para o período em análise, os projetos enquadrados na I&D Industrial à Escala Europeia são os que apresentam uma maior taxa de elegibilidade do investimento realizado (99,7%), mas também a menor taxa de esforço (29,7%). Seguem-se os Projetos Mobilizadores, cujo investimento elegível representa, em termos médios, 98,5% e uma taxa de esforço de 34,1%.

O peso do investimento total em I&DT colaborativa no investimento total da economia foi de 0,37% entre 2015 e 2018, tendo o maior valor sido registado em 2016.

Peso (%) do Investimento Total dos projetos contratados no Investimento Total da Economia (FBCF)

	2015	2016	2017	2018	2019
Investimento Total (SI I&DT Colaborativa) (M€)	32,8	163,6	101,9	163,2	10,6
Peso na Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,12	0,57	0,32	0,47	n.d.
<i>Por memória:</i>					
<i>Formação Bruta de Capital Fixo (M€)</i>	27 843,9	28 829,6	32 290,2	34 383,2	n.d.

Fonte: ANI, Sistemas de incentivos à I&D colaborativa - PT2020 (16.04.2019); INE (Contas Nacionais Portuguesas).

4. Conclusões

A principal conclusão é que os projectos de I&D colaborativa cumprem a sua função de facilitar o acesso a financiamento de longo prazo para empresas de pequena ou média dimensão. O investimento adicional associado a cada 1€ de apoio do Estado foi de 0,58€, o que ainda é inferior à média da OCDE⁸ (1€ para apoios à I&D) mas não deixa de ser globalmente positivo.

Mesmo não havendo evidência de que foram cobertas todas as necessidades para eliminar o *gap* de financiamento que as PME enfrentam ou que o financiamento público esteja a substituir o investimento privado

⁸ OCDE (2018).

(ADC, 2018), foram iniciados 450 projectos desde 2015, abrangendo 709 entidades privadas e do sistema científico e tecnológico (das quais 86% são empresas), e totalizando um investimento de 472 M€ (correspondendo a 0,4% do investimento total realizado na economia), do qual 63% foi apoio público.

Nos projectos, 4 em cada 5 referem-se à indústria transformadora e à consultoria científica e técnica, estando parcialmente associadas à actividade exportadora, sendo as áreas da Informação (782 mil euros) e as Indústrias transformadoras (717 mil euros) as actividades económicas com os maiores incentivos médios por projecto.

Daqui resulta que Portugal precisa de continuar a apostar na orientação para o mercado da I&D realizada e de avaliar as políticas públicas para aumentar a competitividade das empresas através do crescimento da produtividade e dessa forma beneficiar o nível de vida da população.

5. Referências bibliográficas

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2018). "Avaliação do Contributo dos FEEI para as Dinâmicas de Transferência e Valorização de Conhecimento em Portugal", Lisboa.

Balasubramanian, Natarajan, and Jagadeesh Sivadasan (2011) "What Happens When Firms Patent? New Evidence from U.S. Economic Census Data," *Review of Economics and Statistics*, Vol. 93, No. 1, pp.126-46.

Bloom, Nicholas, Mark Schankerman, and John Van Reenen (2007) "Identifying Technology Spillovers and Product Market Rivalry," NBER Working Paper 13060.

Gersbach, Hans, and Armin Schmutzler (2003), "Endogenous Technological Spillovers: Causes and Consequences," *Journal of Economics and Management Strategy*, Vol. 12, No. 2, pp. 179-205.

Hall, B., Lerner, J., 2010. The financing of R & D and innovation. *Handbook of the Economics of Innovation*, vol. 1. pp. 609–639.

Hall, B.H., 2002. The financing of research and development. *Oxford Rev. Econ. Policy* 18 (1), 35–51.

Hausmann, R. and D. Rodrik, 2002: "Economic Development as Self-Discovery," NBER Working Paper No. 8952.

Heitor, Manuel, Hugo Horta and Joana Mendonça (2014) "Developing Human Capital and Research Capacity: Science Policies Promoting Brain Gain," *Technological Forecasting and Social Change*, Vol. 78, No. 8, pp. 1299-1309.

Jorgenson, Dale W., Mun S. Ho, and Kevin J. Stiroh (2008), "A Retrospective Look at the U.S. Productivity Growth Resurgence," *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 22, No. 1, pp. 3-24.

OCDE (2018), "The Bang for the Buck of R&D Tax Credits", Paris.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 09 de julho de 2019	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 09 de julho de 2019 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ponto de situação sobre os Recursos Próprios do Orçamento da União Europeia: No âmbito das negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, o Conselho analisou o ponto de situação das discussões sobre o pacote legislativo relativo aos recursos próprios do Orçamento da União apresentado pela Comissão Europeia a 2 de maio de 2018. Como principais conclusões da reunião destaca-se a possibilidade de introdução de fontes de receita alternativas, tendo a Comissão Europeia disponibilizado-se para a realização dos estudos técnicos inerentes. A Presidência Finlandesa realçou a necessidade de se alcançar um acordo global sobre este tema aquando da reunião do Conselho Europeu de outubro de 2019. ▪ Apresentação do programa da Presidência Finlandesa: Tendo a Finlândia assumido a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2019, apresentou ao Conselho as suas prioridades em matéria de assuntos económicos e financeiros. Destas, destacam-se (i) o reforço da ação no domínio das alterações climáticas; (ii) a melhoria do funcionamento dos mercados financeiros, com particular enfoque na União dos Mercados de Capitais, (iii) a simplificação da coordenação das políticas económicas, (iv) a prossecução de trabalhos com vista a uma tributação mais justa e eficaz, (v) a maximização do valor acrescentado da arquitetura financeira europeia para o financiamento do desenvolvimento e (vi) a boa gestão financeira do Orçamento da UE. ▪ Nomeação da Presidência do Banco Central Europeu: Com vista à sucessão de Mario Draghi, enquanto Presidente do Banco Central Europeu e cujo mandato irá expirar no dia 31 de outubro de 2019, o Conselho adotou uma recomendação ao Conselho Europeu sobre a nomeação de Christine Lagarde como candidata ao cargo. O Conselho Europeu deverá dispor das condições necessária à tomada de decisão formal sobre esta nomeação em outubro, depois de efetuadas as consultas ao Parlamento Europeu e ao Conselho do BCE. ▪ Semestre Europeu: Recomendações específicas por país: O Conselho adotou as suas recomendações específicas por país em matéria de política económica, orçamental e de emprego, concluindo, desta forma, o exercício de 2019 do Semestre Europeu. De uma perspetiva geral, estas recomendações recaem sobre a prossecução de reformas estruturais, reforço dos níveis de investimento e sobre a necessidade dos estados-membros seguirem políticas orçamentais responsáveis.
Fundo 200M – Fundo de Coinvestimento 200M – Investimento em Pequenas e Médias Empresas (PME) – Programa do Governo Conselho de Ministros de 4 de julho de 2019	<p>Destaca-se, ainda, a aprovação sem debate do Regulamento relativo às medidas no domínio da execução e financiamento do orçamento geral da União em 2019 no que respeita à saída do Reino Unido da União.</p> <p>Aprovou uma alteração às regras do Fundo de Coinvestimento 200M (Fundo 200M), com o objetivo de simplificar e reforçar as operações de investimento de capital e quase capital em Pequenas e Médias Empresas (PME). Gerido pela PME Investimentos e cofinanciado pela União Europeia via Portugal 2020, o Fundo 200M já investiu em três empresas de base tecnológica, na área da saúde e da economia digital (Biosurfit, 360Imprimir e LiMM), com coinvestidores portugueses, franceses, alemães e suecos, que representam um investimento total de 33 milhões de euros.</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Plano de Reabilitação de Património Público para Arrendamento Acessível</p> <p>Conselho de Ministros de 4 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou um Plano de Reabilitação de Património Público para Arrendamento Acessível, que determina a afetação de imóveis do Estado sem utilização ao arrendamento habitacional a custos acessíveis.</p> <p>Este decreto-lei viabiliza a mobilização do património imobiliário do Estado sem utilização através da sua integração no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE) ou, em função da tipologia, através da celebração de protocolos com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).</p>
<p>Sustentabilidade ambiental no sector dos transportes de mercadorias</p> <p>Conselho de Ministros de 11 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou, para adesão, o Protocolo Adicional à Convenção relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada (CMR), sobre a declaração de expedição eletrónica, adotado em Genebra, em 20 de fevereiro de 2008, promovendo a concorrência e a sustentabilidade ambiental, no sector dos transportes de mercadorias.</p>
<p>Centrais de valorização de biomassa – Medidas de Incentivo à instalação de centrais de biomassa</p> <p>Conselho de Ministros de 18 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que altera o regime especial e extraordinário para a instalação e exploração de novas centrais de valorização de biomassa e define medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização, procurando, por um lado, descarbonizar os consumos térmicos existentes e, por outro, promover a máxima eficiência energética das centrais a abranger por este regime especial.</p>
<p>Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos – Programa do Governo</p> <p>Conselho de Ministros de 18 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que transfere para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários as competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos. O diploma entra em vigor a 1 de janeiro de 2020 e, assim, o Governo executa mais uma importante medida do seu Programa, tendo em vista o reforço do papel do mercado de capitais no financiamento das empresas e a reorganização das funções de regulação e supervisão.</p>
<p>Exportações – Infraestruturas portuárias</p> <p>Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que estabelece e regula as bases da construção e exploração de um novo terminal de contentores no porto de Sines, designado Terminal Vasco da Gama. Este investimento privado, vai ao encontro dos objetivos do Governo em matéria de infraestruturas portuárias, com reflexos na economia ao nível da criação de emprego, da exportação de serviços e facilitação das exportações nacionais.</p>
<p>Concessão terminal XXI – Infraestruturas portuárias</p> <p>Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que altera as bases da concessão da exploração, em regime de serviço público, do Terminal XXI, também no porto de Sines.</p>
<p>Políticas europeias de energia</p> <p>Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019</p>	<p>Aprovado, na generalidade, o decreto-lei que promove o autoconsumo de energia renovável, consagrando, em linha com as políticas europeias, o autoconsumo coletivo e as comunidades de energia, bem como os respetivos direitos e deveres e condições de acesso à atividade.</p>
<p>Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE)</p> <p>Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou a resolução do Conselho de Ministros que prorroga, por mais dois anos letivos, o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar.</p>
<p>Acesso à informação em registo por parte dos cidadãos e das empresas</p> <p>Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que procede à transferência da função de garantia de depósitos do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo para o Fundo de Garantia de Depósitos, passando este último a concentrar a função de garantia de depósitos do sistema bancário português.</p>

Iniciativa	Sumário
Construção do novo Hospital Central do Alentejo Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019	Foi autorizada a realização de despesa referente à celebração do contrato da empreitada da obra pública da construção do novo Hospital Central do Alentejo, pela Administração Regional de Saúde do Alentejo.
Fundos estruturais e de investimento Conselho de Ministros de 25 de julho de 2019	Aprovou a versão final do decreto-lei que altera o modo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos estruturais e de investimento.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Orçamento do Estado para 2019 – Execução do OE para 2019 Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado (OE) para 2019.
Sistema Nacional de Políticas e Medidas – Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-01	Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
Economia Circular – Plano de Ação para a Economia Circular Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019 - Diário da República n.º 124/2019, Série I de 2019-07-02	Altera o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).
Propriedade Industrial Despacho n.º 6142/2019 - Diário da República n.º 126/2019, Série II de 2019-07-04	Regulamentação dos requisitos formais dos requerimentos e dos documentos de instrução dos pedidos de concessão de direitos de propriedade industrial.
Serviço público ferroviário Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2019 - Diário da República n.º 127/2019, Série I de 2019-07-05	Aprova um conjunto de medidas com vista à salvaguarda de um serviço público ferroviário de qualidade.
Programa Regressar Portaria n.º 214/2019 - Diário da República n.º 127/2019, Série I de 2019-07-05	Define a medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar.
Centros de elevada competência científica e tecnológica Resolução da Assembleia da República n.º 91/2019 - Diário da República n.º 129/2019, Série I de 2019-07-09	Recomenda ao Governo que adote medidas de criação de centros de elevada competência científica e tecnológica.
Câmara de comércio e indústria portuguesa em França Portaria n.º 421-A/2019 - Diário da República n.º 130/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-07-10	Procede ao reconhecimento da Chambre de Commerce et d'Industrie Franco-Portugaise como câmara de comércio e indústria portuguesa no estrangeiro.
Conta Geral do Estado de 2017 Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019 - Diário da República n.º 132/2019, Série I de 2019-07-12	Conta Geral do Estado de 2017.
Plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível	Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível, através da afetação de imóveis selecionados

Assunto/Diploma	Descrição
Decreto-Lei n.º 94/2019 - Diário da República n.º 134/2019 - Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16	ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE) ou da celebração de protocolos com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), relativamente a esses imóveis, com vista à sua disponibilização para arrendamento habitacional a custos acessíveis.
Regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas Decreto-Lei n.º 95/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18	Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas.
Comércio Investe Resolução da Assembleia da República n.º 98/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18	Recomenda ao Governo que altere a Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho.
Contratos públicos – Fator da pegada ecológica Resolução da Assembleia da República n.º 99/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18	Recomenda ao Governo que considere o fator da pegada ecológica dos alimentos nos contratos públicos.
Conta Geral do Estado de 2017- retificação Declaração de Retificação n.º 35/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18	Declaração de retificação à Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019, de 12 de julho, «Conta Geral do Estado de 2017».
Promoção de cultura de informação ao consumidor Resolução da Assembleia da República n.º 105/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série I de 2019-07-22	Recomenda ao Governo que promova uma cultura de informação ao consumidor mais eficaz.
Direitos dos consumidores – Medidas de defesa do consumidor Resolução da Assembleia da República n.º 106/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série I de 2019-07-22	Recomenda ao Governo a assunção de medidas de formação, informação e fiscalização de defesa dos direitos dos consumidores.
Contrato de investimento – Internacionalização Despacho n.º 6547/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série II de 2019-07-22	Aprova a minuta final do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, e a FEEDZAI - Consultadoria e Inovação Tecnológica, S. A.
Contrato de investimento – Internacionalização Despacho n.º 6548/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série II de 2019-07-22	Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pela AICEP, E. P. E., em representação do Estado Português, e a ALTRANPORTUGAL, S. A.
Contrato de investimento – Internacionalização Despacho n.º 6549/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série II de 2019-07-22	Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pela AICEP, E. P. E., em representação do Estado Português, e a GESTAMP AUTOMOCION, Sociedad Anonima, na qualidade de casa-mãe, a GESTAMP PALENCIA, na qualidade de sócia da promotora, e a GESTAMP Aveiro - Indústria de Acessórios de Automóveis, S. A.
Política fiscal internacional – Atividades profissionais de elevado valor acrescentado Portaria n.º 230/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23	Alteração da Portaria n.º 12/2010, de 17 de janeiro - Tabela de atividades IRS.
Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas (CAT) Portaria n.º 231/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23	Regulamenta o Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas (CAT).
Contrato de investimento – Internacionalização Resolução da Assembleia da República n.º 116/2019 - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25	Recomenda ao Governo a valorização do Aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região.

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Contrato de investimento – Internacionalização Portaria n.º 233/2019 - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25</p>	<p>Regulamenta o regime das notificações e citações efetuadas por transmissão eletrónica de dados em área reservada no Portal das Finanças, designado como «Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças» (NCEPF), previsto no artigo 38.º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).</p>
<p>Serviços públicos essenciais – Serviço de transporte de passageiros Lei n.º 51/2019 - Diário da República n.º 143/2019, Série I de 2019-07-29</p>	<p>Inclui no elenco dos serviços públicos essenciais o serviço de transporte de passageiros, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho.</p>
<p>«Emergência climática» Resolução da Assembleia da República n.º 125/2019 - Diário da República n.º 143/2019, Série I de 2019-07-29</p>	<p>Recomenda ao Governo que declare o estado de «emergência climática».</p>
<p>Fundo de Coinvestimento 200M Decreto-Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 145/2019, Série I de 2019-07-31 1236</p>	<p>Altera o Fundo de Coinvestimento 200M.</p>

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IS	Imposto do Selo
AE	Área do Euro	ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
AL	Administração Local	ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
AR	Administração Regional	ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
B&S	Bens e Serviços	ISV	Imposto sobre Veículos
BBL	Barrel	IUC	Imposto Único de Circulação
BCE	Banco Central Europeu	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
BdP	Banco de Portugal	IVNCR	Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	MC	Ministério da Cultura
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
BT	Bilhetes do Tesouro	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
CE	Comissão Europeia	OE	Orçamento do Estado
CEDIC	Certificados Especiais da Dívida Pública de Curto Prazo	OMC	Organização Mundial do Comércio
CGA	Caixa Geral de Aposentações, I.P.	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reunido Unido
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	OT	Obrigações do Tesouro
CN	Contas Nacionais	PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	PIB	Produto Interno Bruto
CPB	<i>Bureau for Economic Policy Analysis</i>	PSI	<i>Portuguese Stock Exchange</i> (Economia)
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
DGT	Direção-geral do Tesouro	SNS	Serviço Nacional de Saúde
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial	SS	Segurança Social
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>	UE	União Europeia
EUROSTAT	Instituto de Estatística da União Europeia	USD	<i>United States Dollar</i>
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	VAB	Valor Acrescentado Bruto
FMI	Fundo Monetário Internacional	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia	Siglas	Unidades
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais	%	Porcentagem
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	MM3	Média móvel de três termos
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.	p.b.	Pontos base
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	p.p.	Pontos percentuais
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E.	SRE	Saldo de respostas extremas
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	VA	Valores acumulados
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	VC	Varição em cadeia
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.	VCS	Valor corrigido de sazonalidade
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França	VE	Valor efetivo
IPC	Índice de Preços no Consumidor	VH	Varição homóloga
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	VHA	Varição homóloga acumulada
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho	VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a IRCT publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano.

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.